



**Sociedade Campineira de Educação e Instrução**  
**Pontifícia Universidade Católica de Campinas**

# **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA PUC-CAMPINAS**

**VOLUME IV**

**EXTENSÃO**

**CIAD**

**CCA**

**MUSEU**



# SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>A EXTENSÃO NA PUC-CAMPINAS.....</b>	<b>5</b>
1.1.	Introdução.....	5
1.2.	O Percurso da Extensão Universitária.....	14
1.2.1.	Breve Histórico da Extensão no País.....	14
1.2.2.	Breve Histórico da Extensão na PUC-Campinas.....	18
1.3.	Diretrizes para a Política de Extensão na PUC-Campinas.....	24
<b>2.</b>	<b>A GESTÃO DA EXTENSÃO NA PUC-Campinas.....</b>	<b>25</b>
2.1.	PROFAE – Programa de Fomento, Acompanhamento e Avaliação da PUC-Campinas.....	28
2.1.1.	A Extensão e os Marcos Legais da Avaliação do Ensino Superior.....	30
2.1.2.	Objetivos e Atividades a serem desenvolvidas pelo PROFAE.....	33
2.1.3.	Considerações Metodológicas.....	34
2.1.4.	Cronograma Inicial de Implantação do PROFAE.....	36
<b>3.</b>	<b>A QUALIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO.....</b>	<b>38</b>
<b>4.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS E DESAFIOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PUC-Campinas.....</b>	<b>39</b>
<b>5.</b>	<b>CENTRO INTERDISCIPLINAR DE ATENÇÃO AO DEFICIENTE - CIAD.....</b>	<b>49</b>
5.1.	EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DO CIAD.....	49
5.2.	CARACTERIZAÇÃO ESPECÍFICA DA ÁREA.....	51
5.2.1.	INSTITUIÇÕES ATENDIDAS.....	51
5.2.2.	DEFICIÊNCIAS ATENDIDAS PELO CIAD.....	51
5.2.3.	ÁREAS ONDE ATUAM ESTAGIÁRIOS:.....	52
5.3.	OBJETIVOS GERAIS.....	53
5.4.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	54
5.5.	ANÁLISE DE AMBIENTES.....	63
5.5.1.	Ambiente Externo.....	63
5.6.	Ambiente Interno.....	64
5.6.1.	Aspectos de Relevância.....	64
5.6.2.	Aspectos Desafiadores.....	65

5.7.	Elementos para Definição de Planos e Metas .....	66
<b>6.</b>	<b>CENTRO DE CULTURA E ARTE - CCA .....</b>	<b>68</b>
6.1.	Evolução e caracterização global da Área Artística do CCA .....	68
6.2.	Missão do CCA.....	70
6.3.	Objetivos específicos de cada Atividade Artística (elaborado a partir da reestruturação realizada em 2004).....	70
6.4.	Caracterização específica da Área .....	71
6.4.1.	Diretrizes e Políticas da Área e Organização Administrativa .....	71
6.5.	Análise de Ambientes .....	77
6.5.1.	Ambiente externo .....	77
6.5.2.	Ambiente interno .....	78
6.6.	Elementos para Elaboração de Planos e Metas .....	79
6.6.1.	Diretrizes para a criação de Projetos do CCA.....	79
6.6.2.	METODOLOGIA.....	82
<b>7.</b>	<b>MUSEU UNIVERSITÁRIO .....</b>	<b>97</b>
7.1.	Evolução e Caracterização Global do Museu Universitário .....	97
7.2.	Situação Atual.....	101
7.3.	Caracterização da Missão do Museu Universitário .....	102
7.4.	Caracterização específica da Área .....	103
7.4.1.	Diretrizes e Políticas da Área –2003 a 2007 .....	103
7.4.2.	Estrutura organizacional do Museu – 1996 a 2002 .....	104
7.5.	Gestão do Museu – 1996 -2002 .....	105
7.5.1.	Estrutura de Funcionamento por Projetos.....	105
7.5.2.	Os Projetos de Exposições Itinerantes.....	105
7.5.3.	Projetos Desenvolvidos .....	106
7.6.	Análise de Ambiente .....	106
7.6.1.	Questões relevantes externas que consolidam a posição do Museu em suas Políticas e Diretrizes .....	106
7.6.2.	Análise do Ambiente interno do MUSEU.....	108
7.7.	Gestão do Museu: 2003 - 2007 .....	108
7.7.1.	Missão.....	109
7.7.2.	Objetivos Gerais.....	109
7.7.3.	Objetivos Específicos .....	110

7.8.	Cadastro Nacional dos Museus Brasileiros e Museus Universitários .....	110
------	--	-----

## 1. A Extensão na PUC-Campinas

### 1.1. Introdução

A Extensão Universitária entendida como prática acadêmica que expressa a interação Universidade – Sociedade, pela articulação de atividades de ensino e pesquisa com demandas sociais mais abrangentes, tem-se constituído sistematicamente em objeto de reflexão e discussão no âmbito da Universidade.

O desenvolvimento da Extensão na PUC-Campinas compõe sua própria história, com ações desenvolvidas junto à comunidade campineira vinculadas ao ensino de graduação, desde a fundação das primeiras faculdades.

No entanto, um processo mais aprimorado de gestão da extensão universitária data de período mais recente, tendo sido fortalecido com a reforma administrativa implantada em 2002, que estabeleceu formalmente as atribuições de cada nível institucional, favorecendo a estruturação e avaliação das ações extensionistas desenvolvidas na Universidade. Nesse sentido, após a reforma, mudanças organizacionais e estatutárias foram estabelecidas e culminaram, entre outras coisas, com a implantação da Câmara de Extensão e Assuntos Comunitários do Conselho Universitário (CONSUN), da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, dos Centros com os seus respectivos Núcleos de Pesquisa e Extensão, entendidos como instâncias para o gerenciamento das atividades de extensão. Assim sendo, a gestão da extensão mantém-se hoje compartilhada entre as várias instâncias, definida conforme o estatuto aprovado pelo CONSUN e homologado pela SCEI. Aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 11/03/2004, homologado e aprovado pelo Ministro de Estado da Educação com publicação no Diário Oficial da União em 12/05/2004, o estatuto define em suas sessões e artigos o gerenciamento da extensão, a saber:

- **Câmara de Extensão e Assuntos Comunitários**

**Art. 24.** O CONSUN funciona como Conselho Pleno e através das seguintes Câmaras e Comissão:

I - Câmara de Graduação;

II - Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação;

III - Câmara de Extensão e Assuntos Comunitários;

IV - Comissão de Normas e Assuntos Administrativos.

§ 1º As Câmaras podem ter atribuições deliberativas, além das atribuições de natureza consultiva e de assessoramento.

§ 2º A Comissão tem atribuições de natureza consultiva e de assessoramento.

§ 3º As Câmaras são presididas pelos respectivos Pró-Reitores e a Comissão de Normas e Assuntos Administrativos é presidida pelo Pró-Reitor de Administração.

§ 4º As Câmaras e Comissão são constituídas pelos membros do CONSUN e sua organização, bem como suas competências e atribuições, está definida em instrumento normativo específico.

- **Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários**

**Art. 19.** A Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários é o órgão de planejamento, supervisão, coordenação, fomento, gestão de cursos de extensão e de outras atividades no domínio da extensão e das atividades artístico-culturais, desportivas e recreativas, bem como do apoio e promoção social, profissional e humana da comunidade interna e externa.

- **Diretoria de Centro**

**Art. 31.** A Diretoria de Centro é o órgão executivo de orientação, coordenação e supervisão das atividades de ensino, pesquisa e extensão no Centro e é desempenhada pelo:

I - Diretor de Centro, com competência para formular, coordenar e supervisionar a implementação de diretrizes, estratégias, projetos e programas de trabalho e de ensino, pesquisa e extensão, e administrar as atividades, recursos e orçamentos do Centro;

II - Diretor-Adjunto de Centro, com competência para apoiar técnica e administrativamente o Diretor, responsabilizando-se pelas atividades básicas que lhe forem por este delegadas, dentre aquelas que constituem seu domínio de atuação;

Parágrafo único. As demais atribuições da Diretoria de Centro estão definidas em instrumento normativo específico.

- **Coordenadoria dos Núcleos de Pesquisa e Extensão**

**Art. 55.** A Coordenadoria de Núcleo constitui o órgão executivo e de coordenação da pesquisa e da extensão no Centro, quanto à promoção, acompanhamento, supervisão e avaliação do ensino de extensão, de programas e projetos de pesquisa e extensão e de prestação de serviços.

§ 1º As atribuições do Coordenador de Núcleo de Pesquisa e Extensão estão definidas em instrumento normativo específico.

§ 2º A Coordenadoria de Núcleo é exercida por um coordenador, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma só recondução sucessiva, nomeado pelo Reitor dentre os professores do Centro, pertencentes a qualquer um dos Quadros da Universidade, e que tenham, preferencialmente, tempo de Casa ininterrupto, não inferior a 03 (três) anos.

§ 3º O Coordenador de Núcleo é escolhido pelo Reitor, ouvidos o Vice-Reitor, os Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão e Assuntos Comunitários e o Diretor de Centro.

No período de 2002-2005, programas e projetos de extensão foram fomentados nos Centros e respectivas faculdades da Universidade. Paralelamente, foram desenvolvidos outros projetos de caráter interdisciplinar desde sua origem, no âmbito de programas diretamente vinculados à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos

Comunitários, por exigirem um processo de gestão acadêmica e administrativa diferenciada. Tais projetos foram:

- Programa PUC-Campinas Solidária - voltado ao desenvolvimento de projetos sustentáveis junto a populações excluídas;
- Programa PUC-Campinas Cidades Saudáveis - voltado ao estudo e implementação de metodologias intersetoriais para promoção de qualidade de vida nos municípios;
- Programa de Apoio às Políticas Públicas - voltado ao estudo de formulação, implementação e avaliação de políticas na região de Campinas;
- Programa Observatório do Trabalho - voltado à pesquisa e a formulação de propostas de resolução de problemas para os trabalhadores brasileiros e
- Programa Escola da Família PUC-Campinas - voltado ao desenvolvimento da participação comunitária por meio da oferta de atividades culturais, artísticas e desportivas às comunidades circundantes a escolas públicas da rede estadual previamente selecionadas.

Em fevereiro de 2006 tomou posse a nova Reitoria da Universidade com a respectiva equipe Gestão 2006-2010, com os seguintes desafios assim expressos no Discurso de Posse proferido pelo Magnífico Reitor Prof. Pe Wilson Denadai: .

*“...a PUC-Campinas formulou participativamente seu Plano Estratégico e, a partir dele, o seu Plano de Desenvolvimento Institucional para o período de 2003-2010, de que nós, desta Gestão ora empossada, fazemos nosso próprio plano de gestão. (...) A unidade indissociável de suas atividades-fim, que constituem o Ser da Universidade, queremos enriquecê-la sempre mais pela consolidação da nova estrutura de nossa Universidade implantada há apenas quatro anos, com ênfase nas realidades das Pró-Reitorias e dos Centros que deverão ser instâncias de liderança no fomento da integração do ensino-pesquisa-extensão, bem como da interdisciplinaridade no processo da produção e socialização do conhecimento. Teremos sempre mais a presença da pesquisa também no ensino de graduação. Faremos as escolhas de quais Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu deveremos e poderemos ter a partir das linhas institucionais da Pesquisa*



*produzida nos grupos de pesquisa certificados. Nossos **projetos de Extensão**, ao mesmo tempo em que serão as expressões nítidas de nosso compromisso social de Universidade, também serão terreno fértil para oportunidade de Ensino e de demandas de Pesquisa. Não seremos tímidos na oferta de  **cursos de Extensão e Pós-Graduação Lato Sensu**, cientes de que são a grande oportunidade de atendimento a necessidades das Comunidades Externas, garantindo para nossa Universidade a marca de uma Educação continuada de Qualidade.” (grifo nosso)*

Diante de tais desafios foi que a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários apresentou seu Plano de Gestão para a comunidade acadêmica. Tal plano obedece às diretrizes da Política de Extensão e têm por objetivo expressar o compromisso da PUC-Campinas com a Cidade, o Município e a Região em que está inserida. Desdobra-se em duas vertentes reciprocamente dependentes e complementares:

- coleta, armazenamento e divulgação de informações de interesse para a vida da Metrópole;
- atividades de Extensão indissociavelmente integradas com as de pesquisa e as de ensino.

Compreendido que Atividades de Extensão são práticas docentes e discentes, próprias de determinada área temática e características de um peculiar relacionamento com distintos sujeitos sociais, a Universidade classifica e define tais atividades como:

- Ações de Extensão

Atividades de comunicação de conhecimentos, desenvolvidas segundo determinada linha de extensão, junto a grupos sociais de composição indeterminada, considerados no contexto do território em que se dão as complexas relações de sua vida cotidiana ou em função de certas características individuais homogêneas de seus integrantes. Ações de Extensão filiam-se a um dos Programas de Extensão institucionalizados pela PUC-Campinas e executam-se na conformidade do correspondente Projeto de Extensão. Supõem, em princípio, a prévia aprovação de Plano de Trabalho de Extensão.

- Cursos de Extensão

Atividades de transmissão de conhecimentos específicos de determinada área temática e de matriz uni ou pluridisciplinar, feita, de modo sistemático e durante tempo predeterminado, em proveito e no interesse de pessoas singularmente consideradas.

- Eventos de Extensão

Atividades de apresentação de conhecimentos, feita, de modo público e concentrado, a interessados indeterminados ou que preencham certos requisitos específicos.

- Serviços de Extensão

Atividades de aplicação prática de conhecimentos, feita em proveito e no interesse de pessoas, grupos ou entidades singularmente considerados.

O Plano de Gestão engloba os Programas de Extensão, que se constituem em conjuntos orgânicos e institucionalizados de **ações de extensão**, articuladas inter ou transdisciplinarmente, e orientadas em ordem à consecução de um objetivo geral comum. Num primeiro momento, o Programa Geral da Extensão congrega ações próprias de determinada **área temática** e **linha de extensão**, executadas junto a grupos sociais, no âmbito de **núcleos territoriais**, com o objetivo geral de contribuir para a construção democrática e cidadã de uma sociedade justa e solidária e para o desenvolvimento da cultura da paz. Por outro lado, também congrega ações próprias desenvolvidas junto a grupos sociais, cujos integrantes apresentam características individuais homogêneas, com o objetivo geral de promoção da dignidade das pessoas e da melhoria de sua qualidade de vida: a Mulheres, a Crianças e Adolescentes, a Idosos, a Pessoas com Deficiência, à Saúde e à Comunidade Interna.

As áreas temáticas são campos teóricos a que preponderantemente pertencem os conhecimentos compartilhados por meio das atividades de extensão. Para efeito de classificação das atividades de extensão, adota-se, na PUC-Campinas, a proposta do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, que preconiza a estruturação das seguintes áreas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça,

Educação, Meio Ambiente, Saúde, Trabalho, Tecnologia e Produção. Já, as linhas de extensão, são vetores de desenvolvimento de ações tendentes à consecução do objetivo específico de um Projeto de Extensão, classificadas em: Apoio Técnico a Organizações Formais ou Informais de Interesse Coletivo (Assembléias, Conselhos, Grupos de Discussão, Entidades Benéficas, ONGs, etc.), Apoio Técnico à Atividade Econômica Informal e à Pequena Empresa Individual, Apoio Técnico à Qualificação e Requalificação para o Trabalho, Apoio Técnico à Mídia Comunitária, Apoio Técnico ao Desenvolvimento do Ensino, Fomento ao Associativismo e/ou ao Cooperativismo, Incremento da Convivência Comunitária (Cultura, Esporte, Lazer, etc.), Promoção da Cidadania (Conscientização de Direitos e Deveres; Articulação de Defesa de Interesses; Voluntariado, etc.), Acompanhamento da Execução de Políticas Públicas (Educação, Energia, Habitação, Meio Ambiente, Saúde, Segurança Pública, Tecnologia, Transporte, etc.), Cultivo da Identidade Cultural (Memória de Grupos, Práticas e Lugares; Conservação Comunitária do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Artístico e Ambiental, etc.), Prevenção de Riscos e Aplicação de tecnologias.

Diante de tal contexto define-se Projeto de Extensão, conjunto de ações filiadas a um Programa de Extensão e desenvolvidas durante certo período de tempo em ordem à consecução de determinado objetivo específico.

Neste sentido, foi que a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários reorientou as ações de 2006 para a concepção e implementação do Programa Geral, com as principais e seguintes etapas:

- fundamentação teórico-metodológica embasada nas concepções miltonianas e freirianas, para a fundamentação técnica de construção de redes de extensão no território, selecionando as chamadas 'estações da extensão' em paróquias do município para que, no entorno, sejam desenvolvidas as ações de extensão, com disponibilidade das informações coletadas no território, por meio dessas ações em sistemas Intra, Inter e Extra Net;
- difusão da Proposta por meio de reuniões com os dirigentes da instituição e mantenedora, unidades acadêmicas e professores, para o compartilhar das idéias;

- ampliação da equipe técnica para auxiliar nas atividades administrativas de cada núcleo no território;
- estudo e definição das 'estações pilotos': paróquias Catedral, Guadalupe, Campus I e Campus II;
- Projeto Técnico para a montagem da infra-estrutura operacional, recursos materiais e funcionais de um sistema indutor das informações sobre as ações de extensão no território;
- oficinas de treinamento com a equipe técnica da PROEXT;
- promoção de Encontros com professores para discussão sobre as concepções epistemológicas da extensão para a elaboração de uma Teoria da Extensão;
- promoção de Cursos de Extensão junto à Comunidade do entorno das 'estações pilotos' sobre Legislação Cidadã e História do Lugar;
- promoção de Seminários Anuais sobre a Extensão PUC-Campinas, fortalecendo os laços com a Pesquisa e a Extensão;
- implementação das ações de extensão e serviços de extensão no território, junto às 'estações', por meio dos Planos de Trabalho de 40 horas dos professores com Projetos de Extensão;
- fomento de parcerias com instituições dos primeiro e terceiro setores para captação de recursos financeiros para a extensão universitária;
- participação junto ao FOREXT – Fórum de Extensão das Comunitárias contribuindo para as diretrizes da Política Nacional de Extensão;
- fortalecimento e Consolidação da imagem da Extensão junto à Comunidade, por meio de publicações periódicas sobre as atividades de Extensão da PUC-Campinas.

Ressalta-se que o Plano de Gestão da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, bem como programas oriundos de tal administração, fundamenta-se nas

reflexões de Milton Santos e Paulo Freire sobre ciência e sociedade, intelectuais que formularam concepções teórico-metodológicas sobre o papel da Universidade frente às demandas sociais.

O direcionamento das ações de extensão está pautado no conceito de **território usado** e de **lugar**, tão bem construídos por Milton Santos, o que supõe necessariamente uma abordagem inter e transdisciplinar da realidade. Território usado é sinônimo de espaço geográfico, de espaço banal como propõe François Perroux, renomado economista do século XX, mas de espaço geográfico efetivamente ocupado por todos os homens, organizações e instituições. Trata-se, pois, de um conceito a um só tempo geográfico e político. Lugar é a fração do espaço geográfico, constituído pelas diferentes solidariedades gestadas pela multiplicidade de interesses sociais que forjam usos do território; tais solidariedades constituem as efetivas relações de convivência desses homens, organizações e instituições, com as ações e reações que implicam a herança social de que desfrutam e os objetivos naturais e artificiais com que lidam em seu cotidiano. Os usos do território constituem os lugares, fundamento da *práxis*, da ação de extensão.

Buscando a compreensão e as decorrências desses conceitos, a Extensão exprime-se como atividade orgânica da Universidade, como mediação entre ela e a sociedade; assume-se como *práxis*, como ação institucional, capaz de suscitar a articulação de condições objetivas e subjetivas da transformação social, associando, pois, produção do conhecimento, cultura e política. Daí a razão de se introduzirem o território usado e o lugar como categorias sociais de análise, fundamento e condição da *práxis*, da ação, das condições da existência humana. Assim fundado, o desenvolvimento do Programa Geral da Extensão pressupõe um âmbito analítico dedicado ao fazer da sociedade (fazer da sociedade nos lugares) e à questão do sujeito (as práticas efetivamente realizadas na construção dos lugares para mergulhar afinal nas condições objetivas da existência, das carências e das desigualdades socioespaciais). O conhecimento assim produzido ensinará que a Universidade aprimore cada vez mais o cumprimento da sua missão social.

Para Paulo Freire, conhecimento, *"na dimensão humana... não é um ato, através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que o outro lhe oferece ou lhe impõe. O conhecimento exige uma posição curiosa do sujeito frente ao mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Exige uma*

*busca constante. Implica invenção e reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o mesmo ato de conhecer pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se, assim, percebe o 'como' de seu conhecer e os condicionamentos a que seu ato está submetido. Conhecer é tarefa de sujeitos e não de objetos. E é, como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer".* (Fonte: Instituto Paulo Freire)

Comprometida com a sociedade onde está inserida, a Universidade, por meio do diálogo com a comunidade e grupos sociais, possibilita uma experiência de aprendizagem e de troca de saberes. Pelas ações de extensão, a Universidade viabiliza um processo de permanente construção do conhecimento, de compreensão de uma realidade, de possibilidades para transformação social. *"Em suma, a universidade, como uma instituição social, compromete-se com a sociedade por meio de uma relação dialógica".* (SÍVERES, Luiz. Universidade Torre ou Sino. Vozes: 2006)

Para Paulo Freire, *"um sonho de universidade passa necessariamente pelo sonho de sociedade - e o sonho da universidade só se plenifica quando a sociedade radicalmente se transforma".* (Fonte: Arquivos PROEXT, 1986)

## **1.2. O Percurso da Extensão Universitária**

### **1.2.1. Breve Histórico da Extensão no País**

Existe um entendimento comum na atualidade de que as funções da Universidade sejam as de transmissão, produção e extensão do saber. O ensino seria a função mais tradicional da Universidade, alicerçado na transmissão de conhecimentos e na busca da formação cultural e profissional dos educandos. Foi na Universidade de Berlim, no início do séc. XIX, que a pesquisa foi introduzida como função própria da Universidade. Já as atividades de extensão só surgem, como função universitária, no final do séc. XIX, na Inglaterra que, após a Revolução Industrial, se viu forçada a diversificar suas atividades visando à preparação de técnicos e à atenção a demandas populares.

No Brasil, o ensino superior implantado com a vinda da família real portuguesa, visando à formação de quadros técnicos e administrativos, foi inspirado no modelo francês de

universidade. Assim sendo, nesse período foram criadas escolas superiores isoladas. Com a independência do Brasil e o surgimento do império, nenhuma mudança ocorre nesse setor. Já com o advento da República, embora não ocorram mudanças estruturais significativas em relação ao modelo econômico vigente, iniciou-se, mesmo que de forma tímida, a construção de uma política estatal de educação, aglutinando, por meio de tentativas diversas, as escolas superiores isoladas até então existentes e assim formatando as nossas primeiras universidades.

Até então, a função quase que exclusiva dessas universidades era o ensino. A extensão foi apenas objeto de preocupações esporádicas dos meios universitários e, quando implementada, o foi mais por idealismo de segmentos acadêmicos do que por reivindicação ou interesse manifesto dos grupos populacionais a que se destinava. A partir da implantação do Modelo Nacional Desenvolvimentista em 1930 até meados da década de 50, o processo de industrialização do país, seguido do surgimento da burguesia e de um acelerado processo de urbanização, define uma nova conjuntura para a educação brasileira em geral e para a educação superior em particular.

Uma ampla reforma educacional é proposta em 1931 pelo recém criado Ministério da Educação e Saúde Pública, por seu titular Francisco de Campos. O Estatuto da Universidade Brasileira é formulado, salientando as funções de ensino e pesquisa das Universidades e fazendo a primeira referência legal à extensão, que é conceituada como atividade capaz de difundir idéias e princípios pautados em *altos interesses nacionais*, bem como propiciar a elevação cultural de segmentos populacionais excluídos da vida universitária.

Mesmo durante os períodos históricos que se sucederam, as atividades de extensão sempre se apresentaram de forma coadjuvante na vida universitária. Esporádicas, mesmo que expressivas em alguns momentos, nem sempre conseguiram viabilizar uma aproximação com as forças mais representativas e abrangentes da sociedade.

Após o golpe militar de 1964, nos governos que se sucederam, a extensão passa a ser vista como mecanismo de ajuste social e de consolidação da hegemonia de poder instituída. Com a prestação de serviços às comunidades carentes e marginalizadas, buscava-se integrá-las ao processo de desenvolvimento nacional treinando os estudantes e retroalimentando a Universidade. São projetos expressivos desse período e representativos dentro dessa concepção os *campi* avançados, o CRUTAC - Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária e o Projeto Rondon.

No ano de 1975 foi elaborado pelo MEC o Plano de Trabalho de Extensão Universitária a ser desenvolvido pela CODAE - Coordenadoria de Atividades de Extensão, criada com a finalidade de desenvolver esse plano. Nele, a Extensão Universitária é organizada em três conjuntos de atividades: difusão cultural, difusão de resultado de pesquisa e ação comunitária. Com a coordenação centralizada no MEC, as atividades de extensão passam a subordinar-se aos programas e projetos estratégicos de governo.

Vale a pena destacar, ainda, a existência de dois outros documentos produzidos pelo MEC: a “Coletânea de Documentos sobre a Extensão Universitária (1976)” e o “III Plano Setorial da Educação, Cultura e Desporto para o período 1980 - 1985”.

A partir de meados da década de 80 as Universidades passam a desencadear uma série de iniciativas em favor de uma política de extensão mais efetiva. Encontros e Fóruns regionais de pró-reitores de extensão são realizados durante o ano de 1987, o que acaba direcionando para a instalação do “Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras”. Faz-se necessário o reconhecimento desse Fórum como um importante espaço de discussão e crítica a respeito da extensão nas Universidades Brasileiras, mesmo resguardando o fato de só permitir a participação das IES públicas - termo aí utilizado como estatal.

Cabe também salientar a importância dos “Encontros de Ação Comunitária e Extensão” promovidos pela ABESC - Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas, nos quais as atividades da extensão e ação comunitária são valorizadas na perspectiva de consolidação da identidade cristã das instituições, pelo fortalecimento de seus vínculos com a sociedade mais abrangente e com a comunidade interna dentro de uma postura transformadora.

O ano de 1995 é marcado pela entrada de um novo governo, cuja proposta, claramente explicitada a toda sociedade brasileira, aponta para o entendimento do MEC como organismo gestor e regulador da política educacional do país em geral e da política de ensino superior em particular. Uma nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é sancionada em dezembro de 1996.

As atividades de extensão universitária são descritas no art 43, itens VI e VII da LDB como uma das finalidades da educação superior:



### **Art. 43**

- VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Em outro artigo (art. 52), bem como em legislação complementar (Decreto 2.306, de 19/08/97), seu desenvolvimento constitui-se em uma das exigências para a classificação de uma instituição de ensino superior como Universidade:

### **Art. 52.**

As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

- I. produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;
- II. um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;
- III. um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo Único: É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber.

### **Decreto 2.306/97**

#### **Art. 9º**

As universidades, na forma do disposto no artigo 207 da Constituição Federal, caracterizam-se pela indissociabilidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, atendendo, ainda, ao disposto no artigo 52 da Lei nº 9.394, de 1996.

Um outro aspecto da atual política de educação superior no Brasil, que deve ser salientado, é que o MEC, como gestor maior dessa política, iniciou a implantação de uma série de mecanismos de avaliação institucional específicos para as IES. Com certeza, no âmbito interno de cada Universidade e no campo específico das atividades de extensão, tal fato se constituirá num importante parâmetro de acompanhamento e desenvolvimento dessas atividades.

### **1.2.2. Breve Histórico da Extensão na PUC-Campinas**

---

A extensão universitária, ora afirmada, tem-se constituído sistematicamente em objeto de reflexão e discussão no âmbito da Universidade. Pode-se caracterizar um primeiro período na PUC-Campinas, no qual as atividades de extensão até então existentes restringiam-se apenas àquelas de interesse do ensino, apresentando-as como iniciativas isoladas e muitas vezes esporádicas de cursos e/ou disciplinas, constituindo-se na maioria das vezes em campos de estágio.

No início da década de 80, num período que ficou marcado pelo intenso processo de discussão em torno dos projetos pedagógicos das várias unidades acadêmicas da Universidade, as atividades de extensão passam a ser vistas no âmbito de cada projeto como atividades capazes de expressar um compromisso mais efetivo da Universidade com a Sociedade Brasileira. Destaca-se que, nesse período, a Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos promoveu intensos seminários mediados por Paulo Freire.

Embasados numa visão humanista inspirada nos documentos de Roma e Puebla, esses projetos buscaram enfatizar a identidade cristã da Universidade e propuseram mudanças estruturais nos diversos cursos, redefinindo o perfil profissional a ser formado a partir das necessidades da sociedade brasileira e das diretrizes da Igreja Católica. Várias atividades de extensão foram propostas como parte desse processo.

Em 1983 é criado o NIS - Núcleo de Integração de Serviços, cuja curta duração foi direcionada para o atendimento interno aos diversos segmentos da Universidade e à comunidade externa na prestação de serviços. E, em junho de 1984, realiza-se o “I

Seminário sobre Extensão Universitária na PUC-Campinas” com os seguintes objetivos:

- dar conhecimento à Comunidade Universitária das atividades realizadas pelas diversas Unidades Acadêmicas, dentro do que se conhece como Extensão na PUC-Campinas;
- promover uma reflexão crítica sobre as relações de intercâmbio e recorrência entre Ensino, Pesquisa e Extensão nos cursos da PUC-Campinas;
- refletir sobre as diretrizes e fins da Extensão Universitária e sobre o relacionamento entre Universidade e Comunidade, à luz de uma identidade católica;
- gerar subsídios para a elaboração de uma Política de Extensão na PUC-Campinas.

O órgão informativo interno da PUC-Campinas existente na ocasião “JORNALNOSSO”, dedicou, em jun/84, um número especial à preparação desse seminário. Essa publicação contextualiza a extensão na PUC-Campinas como reflexo de sua identidade católica e apresenta pela primeira vez, de forma sistematizada, um relato das atividades de extensão existentes na Universidade, cujos dados foram levantados em pesquisa realizada em 1983.

Vale salientar alguns aspectos fundamentais do ponto de vista conceitual, presentes no relatório do referido Seminário:

- articulação e indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- caráter predominantemente interdisciplinar das atividades de extensão;
- maior responsabilidade da Universidade Católica em relação às demais, com a extensão, em função do compromisso cristão e do posicionamento da Igreja.

Nos anos subseqüentes, observou-se o desenvolvimento de uma série de atividades acadêmicas que, no plano político-institucional, vem consolidar essas diretrizes. Além das iniciativas específicas no âmbito interno de cada unidade acadêmica, devem-se destacar outros acontecimentos que, por sua abrangência, podem ser considerados estratégicos para a consolidação do projeto institucional da PUC-Campinas: a realização dos seminários Universidade e Compromisso Popular I e II em agosto de 86 e março de 87, respectivamente, e a realização em 1987 de uma ampla pesquisa sobre o desenvolvimento dos Projetos Pedagógicos em cada unidade acadêmica.

Um processo de reflexão sobre os resultados dessa pesquisa é desencadeado, o que acaba por subsidiar uma série de decisões da Reitoria, no que diz respeito à constituição de estruturas que possibilitassem e estimulassem a ação interdisciplinar e multiprofissional, integrando as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Assim, é proposta a criação dos núcleos por áreas prioritárias: Saúde - Educação - Habitação e Meio Ambiente.

Os núcleos surgem, então, como uma estratégia de consolidação do projeto institucional a partir da instalação de grupos de trabalho responsáveis por sua implantação. Dessa forma, cada Núcleo assumiu um ritmo próprio, em função das especificidades de sua área de atuação.

O Núcleo de Saúde é institucionalizado em setembro de 1988, pela Portaria nº 214/88; o da Educação, em julho de 1992, pela Portaria nº 46/92; e o da Habitação e Meio Ambiente, embora não se tenha institucionalizado, sistematiza um projeto que é expresso no documento “Núcleo de Habitação e Meio Ambiente e Laboratório Holístico”.

Em 1990, inicia-se um novo processo de reflexão sobre Extensão Universitária em toda a Universidade, desencadeado pela discussão do documento “Subsídios para Discussão de Diretrizes para Definição de uma Política de Extensão na PUC-Campinas”, elaborado sob responsabilidade da Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos. Esse processo de discussão dá origem a um segundo documento “Extensão na PUC-Campinas: dos debates à proposta” que, em dez/91, é apreciado pelo CONCEP, que cria um grupo de trabalho para redação de um documento final sobre o assunto. Finalmente, em novembro de 1992, o terceiro documento “Diretrizes para a Política de Extensão na PUC-Campinas” é aprovado pelo plenário do CONCEP.

Essas diretrizes aprovadas contemplam:

- o entendimento de extensão como prática articuladora do ensino e da pesquisa;
- a possibilidade das atividades de extensão contribuírem com a definição de linhas de pesquisa;
- a ênfase que deva ser dada no desencadeamento de ações multiprofissionais e interdisciplinares;
- a definição de sustentação e avaliação dos Núcleos já existentes bem como a implantação de novos Núcleos, como a principal estratégia para implementação desta política.

Consta, ainda do documento aprovado, uma série de elementos norteadores para a implementação dos Núcleos por áreas prioritárias. Cabe também ressaltar as profundas mudanças ocorridas nesse curto período na sociedade brasileira em geral, e na PUC-Campinas em particular, o que vinha reforçar a necessidade de uma revisão da política de extensão da Universidade.

Foi com o intuito de subsidiar essa revisão que a COGEX - Coordenadoria Geral de Extensão, criada pela portaria nº 133/97, realizou durante o ano de 1997 um estudo dos projetos de extensão que vinham sendo desenvolvidos em cada unidade acadêmica e/ou organismo da Universidade. Esse estudo foi realizado com entrevistas com os Diretores de Unidades Acadêmicas ou Coordenadores de Núcleos e Centros, e procurou identificar, além dos projetos em andamento, os seguintes aspectos:

- vínculos com ensino e pesquisa;
- mecanismos de avaliação e acompanhamento existentes;
- composição da equipe responsável por seu desenvolvimento;
- avanços identificados;
- dificuldades encontradas;
- potencial da unidade para o desenvolvimento de novos projetos;
- existência de projetos desativados.

Apresentam-se, a seguir, as principais considerações desse estudo:

- Em primeiro lugar há que se considerar que, diferentemente dos projetos de ensino que apresentam estrutura bem definida a partir de parâmetros pré-estabelecidos, os projetos de extensão, quer pela sua natureza ou pela ausência de parâmetros institucionais mais rígidos, apresentam-se em formato bastante diverso, mesmo quando considerado um mesmo tipo de atividade (assessoria, consultoria, curso, etc.). Essa flexibilidade que, por um lado, pode ser vista como elemento facilitador para a implementação desses projetos, por outro nos aponta à necessidade de melhor discussão e definição de parâmetros institucionais, os quais poderiam ser constituídos a partir da implantação de um programa permanente de acompanhamento e avaliação das atividades de extensão da PUC-Campinas.
- O levantamento realizado durante todo o ano de 1997 aponta para a existência de aproximadamente 200 (duzentos) projetos de extensão em desenvolvimento na Universidade, englobando, de maneira diversificada, atividades de ensino, de estudo e pesquisa, difusão cultural e de representação institucional. Esse número dificilmente se constitui em valor absoluto já que esses projetos apresentam duração bastante variável.
- Nota-se também, a partir do estudo realizado, que algumas unidades acadêmicas criaram, por iniciativas próprias, estruturas para a sustentação das atividades de extensão no seu âmbito interno, nominadas indistintamente de “escritório”, “laboratório”, “núcleo” ou “centro”. Essas estruturas respondem diretamente por atividades de grande interesse para o ensino e para a pesquisa e, sendo mais abrangentes que disciplinas ou departamentos, propiciam um espaço de convivência interdisciplinar, na maioria das vezes com uma visão integral da realidade.
- Uma outra atividade expressiva desenvolvida pela Universidade e detectada pelo estudo realizado diz respeito às representações institucionais em conselhos ou instâncias colegiadas de outras organizações.
- Existem também na Universidade organismos diretamente vinculados à Reitoria que desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão de

caráter interdisciplinar, multiprofissional e interinstitucional, com múltiplas atividades, junto a outras instituições ou organizações de Campinas e Região. Esses organismos são: Centro de Cultura e Arte e Centro Interdisciplinar de Atenção ao Deficiente.

Os diversos diretores e/ou coordenadores entrevistados foram unânimes em apontar o enriquecimento das atividades de ensino e a facilitação na definição de linhas de pesquisa, como os principais *avanços* advindos do desenvolvimento de projetos e/ou de atividades de extensão universitária.

Finalmente, cabe salientar que também houve unanimidade quanto ao entendimento do potencial existente na Universidade para o desenvolvimento dos projetos e/ou atividades de extensão. A superação dos entraves administrativos/burocráticos e a definição clara de parâmetros para a formulação dos projetos foram apontados como condição básica para a implementação dessas atividades.

Detectou-se ainda uma percepção clara por parte dos dirigentes das unidades, centros e núcleos quanto à importância dessas atividades como práticas acadêmicas e compromisso social da Universidade; quanto à possibilidade de geração de recursos que viriam auxiliar na fixação dos docentes na instituição e na manutenção de grupos de estudos e pesquisas; e quanto ao maior potencial e maior capacidade da PUC-Campinas em relação a outras universidades que, nesse momento, estão propondo-se a desenvolver esse tipo de atividade em Campinas e região.

Em 2001 se iniciou a implantação de ampla reforma administrativa na PUC-Campinas, que culminou com a criação, entre outras estruturas, de quatro Pró-Reitorias. Entre elas está a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Por meio de suas três Coordenadorias, tem como principal atribuição, conforme estatuto aprovado pelo CONSUN e homologado pela SCEI, “ser o apoio de planejamento, supervisão, coordenação, fomento, gestão de cursos de extensão e de outras atividades no domínio da extensão e das atividades artístico-culturais, desportivas e recreativas, bem como de apoio e promoção social, profissional e humano da comunidade interna e externa”. Para isso, a Pró-Reitoria conta hoje com três Coordenadorias, quais sejam:

- Coordenadoria de Cursos de Extensão;
- Coordenadoria Geral de Projetos de Extensão;

- Coordenadoria Geral de Atenção à Comunidade Interna.

Após 2002, a análise dos projetos de extensão desenvolvidos revela a identidade comunitária da PUC-Campinas e sua busca permanente de alternativas para a melhoria da qualidade de vida, para a promoção da cidadania e, sobretudo, para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Revela, ainda, a grande diversidade das ações extensionistas desenvolvidas pela instituição, seu grau de articulação com o ensino e a pesquisa, o caráter interdisciplinar e multiprofissional de vários projetos, a relevância das parcerias firmadas com as instituições de Campinas e Região, bem como a expressiva participação dos alunos nessas iniciativas.

### **1.3. Diretrizes para a Política de Extensão na PUC-Campinas**

A extensão universitária é aqui entendida como prática acadêmica que expressa a interação Universidade-Sociedade por meio da articulação das atividades de ensino e pesquisa com outras demandas sociais. As diretrizes a seguir apresentadas foram aprovadas na 356<sup>a</sup> reunião do Conselho Universitário (CONSUN), realizada em 22/05/2002, após amplo processo de discussão ocorrido nos diversos Centros, na Câmara de Extensão e Assuntos Comunitários e junto aos Fóruns de Coordenadores de Núcleos de Pesquisa e Extensão:

1. Estímulo permanente à aproximação Universidade-Sociedade propiciando a leitura crítica da realidade, estimulando a troca e a reelaboração do conhecimento e favorecendo a visão integral da pessoa humana e da sociedade numa perspectiva cristã e transformadora.
2. Desenvolvimento de projetos, priorizando os de natureza interdisciplinar, intersetorial e interinstitucional que favoreçam o equacionamento de demandas sociais emergentes.
3. Estímulo ao desenvolvimento de projetos de extensão que contemplem a efetiva participação de alunos, favorecendo a formação do profissional como cidadão.



4. Articulação permanente com instituições públicas, privadas e movimentos sociais com vistas ao desenvolvimento de parcerias.
5. Articulação com programas ou projetos de maior abrangência, de iniciativa de outras organizações do setor educacional (MEC, CRUB, ABRUC, ABESC, Fundação UNITRABALHO, etc.).
6. Estímulo à implementação de projetos, cursos e atividades de iniciativa da Universidade, que venham a contribuir para o desenvolvimento da região de Campinas.
7. Apoio permanente ao desenvolvimento de projetos em áreas onde existam linhas de estudo e pesquisa já consolidadas ou onde se detecte potencial para a definição dessas linhas.
8. Estímulo à interação das atividades de extensão com os projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação bem como com os Programas e Cursos de Pós-Graduação.

## **2. A GESTÃO DA EXTENSÃO NA PUC-Campinas**

A modalidade de gestão da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários no período 2002-2005 pressupôs o envolvimento do conjunto dos sujeitos da PUC-Campinas vinculados à Extensão como condição para a qualificação das propostas extensionistas. Amplamente discutida com a comunidade e aprovada no CONSUN em 22 de maio de 2002, a Política de Extensão vem orientando o planejamento e a gestão das atividades extensionistas na Universidade. Nesse sentido, pode ser apontada como elemento central a socialização das diretrizes dessa Política, o que vem possibilitando o aprimoramento da concepção de extensão como fazer acadêmico. A mudança conceitual se expressa na qualidade das propostas extensionistas em andamento, assim como na ampliação da institucionalização dos projetos de extensão existentes nas Universidade.

Para a gestão 2006-2010 da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, reforça-se o conceito de extensão como fazer acadêmico, prática docente e discente, atividades de extensão indissociavelmente integradas com as de pesquisa e as de

ensino. Para contribuir com os processos administrativos acadêmicos da Pró-Reitoria e procedimentos avaliativos, instituiu-se o Conselho Consultivo da Extensão, pela Portaria nº 180/06, em 14 de julho de 2006, com as seguintes atribuições:

- subsidiar a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários nas decisões e indicações solicitadas;
- avaliar, quanto ao mérito, as solicitações de Cursos de Extensão e de outras atividades no domínio da Extensão e das atividades artístico-culturais, desportivas e recreativas, bem como de apoio e promoção social, profissional e humana à comunidade interna e externa;
- auxiliar nas avaliações de mérito dos Projetos de atividades relacionadas à Extensão e Assuntos Comunitários dos docentes vinculados à Carreira Docente;
- auxiliar nas avaliações de mérito dos Projetos e Planos de Trabalho ligados à Extensão e Assuntos Comunitários a serem encaminhados à Câmara de Extensão e Assuntos Comunitários, para posterior deliberação do Conselho Universitário;
- promover atividades relacionadas ao desenvolvimento do Plano Estratégico da PUC-Campinas, no âmbito de sua competência.

No final de 2005, a Universidade aprovou na reunião do CONSUN o Regulamento do Plano de Carreira Docente que estabelece normas para o Plano de Carreira Docente da Instituição, a saber:

**Art. 2º** Os docentes contratados para ministrar aulas em caráter não-temporário e os contratados para ministrar aulas temporárias pertencem ao Quadro Docente da Instituição.

**Parágrafo único.** O docente contratado para ministrar aulas temporárias continuará nessa condição, mesmo que seu contrato já se tenha configurado como indeterminado.

**Art. 3º** Para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica, são consideradas atividades do corpo docente, para a finalidade deste regulamento:

I - ENSINO: aulas nos cursos de graduação, supervisão nos estágios obrigatórios, acompanhamento na elaboração de trabalhos de conclusão de curso e monografias e, na pós-graduação *stricto sensu*, além de aulas, orientação de dissertações e teses - conforme previsão dessas atividades na grade curricular de cada curso;

II - ORIENTAÇÃO: supervisão ou acompanhamento de alunos na elaboração de trabalhos de iniciação científica, tutoria e supervisão de estágios não-obrigatórios;

III - PESQUISA: atividades diretamente relacionadas à produção de novos conhecimentos, envolvendo a participação nos projetos de pesquisa institucionalizados na Universidade;

IV - EXTENSÃO: atividades relacionadas à aplicação dos conhecimentos produzidos na Universidade, com o objetivo de disseminar o conhecimento, estimular a pesquisa e a qualificação do ensino, envolvendo participação em programas, projetos e atividades de extensão institucionalizados na Universidade;

V - GESTÃO: atividades relacionadas à gestão acadêmico-administrativa, nos diversos níveis hierárquicos da Universidade, envolvendo o exercício de funções tais como direção, coordenação, assessoria e outros.

§ 1º Compete ao docente exercer as atividades acima indicadas isolada ou cumulativamente.

§ 2º O exercício das atividades previstas nos incisos II, III e IV não gera direito incondicional à continuidade do desenvolvimento dessas ações, ao longo da permanência do docente na Universidade, salvo o disposto no **Art. 15** deste regulamento.

§ 3º O exercício da atividade prevista no inciso V não gera direito incondicional à continuidade do seu desenvolvimento, ao longo da permanência do docente na Instituição.

§ 4º A juízo da Reitoria, trabalhos em cursos de extensão, especialização, aprimoramento, aperfeiçoamento, seqüencial, prática de formação ou de natureza afim, bem como participação em comissões e grupos de trabalho, podem ser eventualmente considerados para a composição da Jornada de Trabalho como atividade de ensino.

Em 2006, em dois momentos do período letivo, deu-se início à implantação dos processos seletivos para Composição de Jornada de Trabalho de 40 horas – Plano de Trabalho de Pesquisa ou Extensão, em Instrumentos Normativos específicos.

## **2.1. PROFAE – Programa de Fomento, Acompanhamento e Avaliação da PUC-Campinas**

---

Entendendo extensão universitária como prática acadêmica que expressa a interação Universidade-Sociedade, pela articulação das atividades de ensino e pesquisa com demandas sociais mais abrangentes, e considerando que o desenvolvimento institucional dessas práticas requer a definição clara de uma política e a organização de um conjunto de atividades relacionadas à gestão, além do desenvolvimento das atividades extensionistas propriamente ditas, propôs-se um Programa de Fomento, Acompanhamento e Avaliação da Extensão Universitária (PROFAE) que contemple todas estas dimensões.

Assim sendo, o PROFAE – PUC-Campinas aglutina um conjunto de iniciativas em torno das seguintes dimensões:

- Fomento, Acompanhamento e Avaliação da Política;
- Fomento, Acompanhamento e Avaliação da Gestão;
- Fomento, Acompanhamento e Avaliação das Atividades de Extensão.

Isto pressupõe a necessidade de definição de diferentes procedimentos, métodos e instrumentos que, articulados, possam contribuir para o objetivo central do programa. Nessa perspectiva, o PROFAE deve ser compreendido como um conjunto de processos desenvolvidos por diferentes sujeitos e em diferentes contextos, que busque, de um lado, fomentar, acompanhar e avaliar; e ,de outro, agregar o maior número de informações possíveis sobre essa prática acadêmica ou sobre qualquer um de seus componentes, analisando-as a partir de critérios pré-definidos, numa perspectiva de avaliação mais normativa ou de estudos avaliativos específicos, sempre na busca de seu aperfeiçoamento.

Já no âmbito do processo avaliativo, o quadro apresentado a seguir aponta alguns aspectos a serem observados em relação a cada uma dessas dimensões.

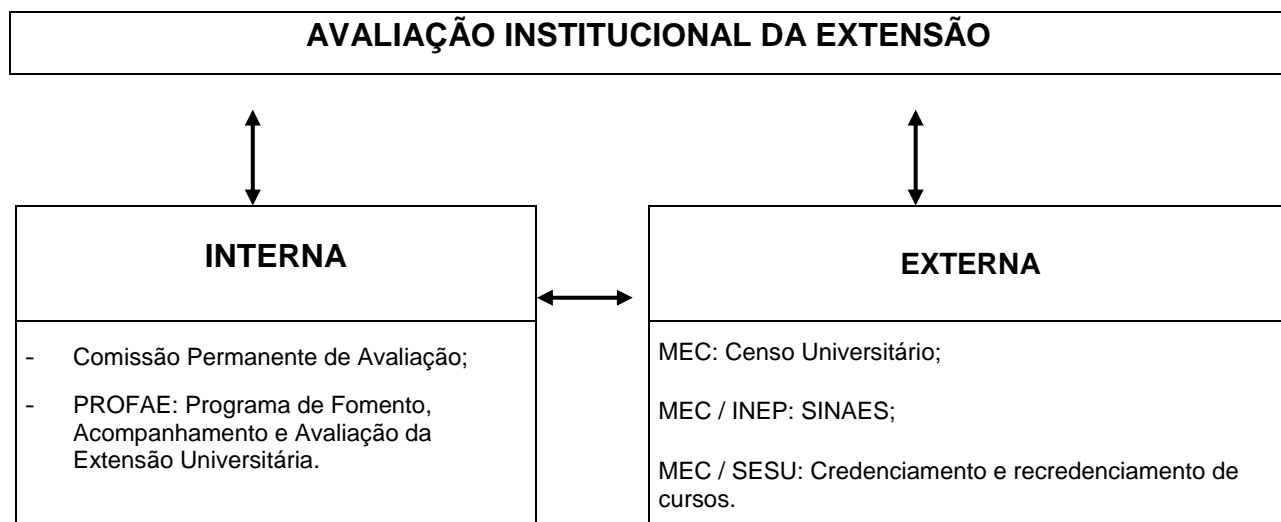
**Quadro 1**  
**Dimensões do Processo Avaliativo**

DIMENSÕES	ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS
<b>I – Política</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coerência do conceito de extensão universitária utilizado;</li> <li>- Relação das diretrizes aprovadas com a missão institucional;</li> <li>- Grau de participação da comunidade no momento da formulação;</li> <li>- Estabelecimento ou não de processos de acompanhamento da implementação da política pela Câmara de Extensão e Conselho Pleno do CONSUN;</li> <li>- Caracterização da extensão no estatuto no regimento, no PES, no PDI e PPI;</li> <li>- Efetividade da política a partir da análise do conjunto de atividades desenvolvidas;</li> <li>- Eficácia da política a partir da análise do conjunto de resultados efetivamente alcançados e do impacto das ações extensionistas;</li> </ul>
<b>II – Gestão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adequação do modelo de gestão implementado (instâncias e processos de trabalho)</li> <li>- Adequação do perfil dos profissionais envolvidos no processo de gestão</li> <li>- Existência de resoluções e normas que definam e regulamentem as atividades de extensão</li> <li>- Existência de estrutura administrativa adequada às demandas da extensão: instalações, espaço físico, recursos humanos, equipamentos;</li> <li>- Setor de Convênios e Parcerias;</li> <li>- Processo de atribuição, aprovação, acompanhamento e avaliação das Bolsas de Extensão;</li> <li>- % recursos da extensão x orçamento;</li> <li>- Existência de Banco de Dados da PROEXT que possibilite o registro, o acompanhamento e a gestão das atividades de Extensão;</li> <li>- Atuação dos co-gestores da Extensão nos Centros.</li> </ul>
<b>III – Atividades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relevância acadêmica;</li> <li>- Relevância Social;</li> <li>- Compromisso Social;</li> <li>- Viabilidade Institucional;</li> <li>- Condições de infra-estrutura.</li> </ul>

Para desencadear o processo avaliativo proposto pelo PROF AE, um diagnóstico preliminar apontou, para cada uma das dimensões relacionadas, algumas categorias/indicadores, que devem balizar as ações avaliativas a serem implementadas. No entanto, cabe registrar que, neste momento, foi priorizada a avaliação e acompanhamento das atividades de extensão.

Como mostra o quadro 2, no desenvolvimento do PROF AE devem-se considerar suas interfaces com processos de avaliação institucional mais amplos, desenvolvidos sob responsabilidade da comissão institucional de avaliação da própria universidade, bem como com outros elementos de avaliação constantes na Política de Avaliação da Educação Superior, proposta pelo MEC.

Quadro 2



### **2.1.1. A Extensão e os Marcos Legais da Avaliação do Ensino Superior**

O desenvolvimento do PROFAE buscou incorporar, além de um conjunto de contribuições advindas dos fóruns de discussão dos Pró-Reitores de Extensão, outros elementos extraídos dos marcos legais da avaliação do ensino superior no país.

A questão da avaliação do Ensino Superior, tomando-se como princípio o aprimoramento das atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela Universidade, tem sido objeto da legislação mais recente, desde a constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) e de uma série de iniciativas do MEC para regulamentar a avaliação da graduação, da pós-graduação e da pesquisa.

Em que pese a existência de um conjunto anterior de iniciativas, a avaliação da extensão só ganha mais espaço na legislação a partir do início dos anos 90. A Lei 9131/95 e os decretos e medidas provisórias que a regulamentaram, ao prever uma avaliação periódica dos cursos superiores e dos alunos concluintes, destacou a importância das atividades extensionistas para a formação dos alunos.

Já o Decreto 3860/01, que atribuiu ao INEP a responsabilidade de organizar a avaliação dos cursos de graduação das IES que compõem o Sistema Federal de Ensino, veio modificar os procedimentos institucionais de avaliação, no espírito da nova LDBEN, criando o Sistema Nacional de Avaliação e definindo as atribuições dos órgãos federais e das IES para o desenvolvimento dos processos avaliativos.

Para a regulamentação desse último decreto citado, a Portaria MEC 1885/02 instituiu o cadastro das IES, com o objetivo de manter atualizadas as informações legais, administrativas e pedagógicas de cada Instituição; o Censo da Educação Superior, que já vinha sendo aplicado desde os anos 80, teve suas diretrizes revistas pela Portaria Ministerial 3176/02 e seus dados são agora coletados on-line, e contemplam especificamente as atividades de extensão. No que se refere a cursos de extensão, presenciais ou a distância, são solicitados anualmente:

- número de cursos por modalidade de oferta;
- número de cursos por tipo/nível de curso;
- alunos matriculados e concluintes, por tipo/nível de curso;
- número de pessoas envolvidas na organização e execução, por tipo/nível de curso.

No que se refere a Programas e Projetos de Extensão, o Censo busca identificar, entre outros dados:

- número de programas e projetos desenvolvidos pela instituição;
- somatória do público atendido;
- número de envolvidos na execução de programas e projetos de extensão;
- número de alunos da graduação envolvidos na execução de programas e projetos de extensão;
- número de bolsistas de extensão;
- número de funcionários técnicos e/ou administrativos envolvidos na execução dos programas e projetos de extensão.

Embora com ênfase em dados quantitativos, o Censo, em sua visão mais ampla, tem grande importância para a avaliação institucional. Cada instituição deve organizar e sistematizar os dados da graduação, dos cursos a distância, dos cursos seqüenciais, da pós-graduação e da pesquisa, da extensão, do corpo docente e da infra-estrutura administrativa, o que traz elementos para uma análise qualitativa, que pode contribuir para a auto-avaliação institucional da Extensão.

Em setembro de 2003, foi lançado o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - bases para uma nova proposta de Avaliação da Educação Superior Brasileira, que incluiu em seu *Roteiro Básico do processo de avaliação* os seguintes itens para avaliação de atividades da extensão e ações de intervenção social–vinculação com a sociedade:

- o valor educativo da extensão, sua integração com o ensino e a pesquisa;
- as políticas de extensão e sua relação com a missão da universidade;
- transferências de conhecimento;
- importância social das ações universitárias;
- impacto das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional;
- relações com o setor público, com setor produtivo e com o mercado de trabalho;
- participação de alunos;
- iniciação de incubadoras de empresas;
- capacidade de captação de recursos;
- ações voltadas para o desenvolvimento da democracia e promoção da cidadania;
- programas de atenção a setores sociais.

Em dezembro/03, a Medida Provisória 147 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior, cuja finalidade, conforme artigo 1º, é “avaliar a capacidade institucional, o processo de ensino e produção do conhecimento, o processo de aprendizagem e a responsabilidade social das IES”.

O SINAES, instituído em abril de 2004 pela Lei 10.861, indica ainda os itens que serão objetos da avaliação da extensão pela Comissão nacional de Avaliação do MEC. Finalmente, a Portaria 2051, de 09/07/04, vem regulamentar os procedimentos de avaliação do SINAES. O INEP, em seu documento “diretrizes para avaliação das instituições de educação superior”, explicita as características fundamentais da nova proposta, ou seja, “avaliação institucional como centro do processo avaliativo, a



integração de diversos instrumentos com base em uma concepção global e o respeito à identidade e à diversidade institucionais”.

Isso significa que será levada em conta a realidade própria e a missão de cada IES, em processo que se pretende permanente e que valorize a solidariedade, a cooperação e a participação entre os vários segmentos envolvidos com a construção do projeto institucional.

Quanto à extensão, os principais indicadores a serem avaliados pelo SINAES são:

- as políticas institucionais de extensão e as formas de sua operacionalização;
- a relevância das atividades de extensão na comunidade.

Cabe ressaltar que, no âmbito das IES Comunitárias, a avaliação das atividades de extensão tem merecido especial atenção do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias. Em seu encontro anual de 2002, elaborou documento específico, denominado de Carta de Florianópolis, sobre a gestão e a avaliação da extensão, visando, inclusive, contribuir com o MEC na formulação do Plano Nacional de Extensão Universitária.

Na mesma perspectiva, Encontros Nacionais, Seminários regionais e locais, cursos de capacitação e outros têm buscado, tanto nas IES públicas, como nas privadas e comunitárias, debater a legislação e as questões pertinentes à avaliação da Extensão.

### **2.1.2. Objetivos e Atividades a serem desenvolvidas pelo PROFAE**

Para cumprimento de seu objetivo de fomentar, acompanhar e avaliar a política, o processo de gestão e as atividades de Extensão desenvolvidos na PUC-Campinas, o PROFAE deve contemplar o desenvolvimento de um conjunto bastante diversificado de ações, com focos e natureza distintos, o que imprime um alto grau de complexidade no seu desenvolvimento e sugere uma implantação gradativa.

Em que pese a indissociabilidade e as dinâmicas próprias dessas iniciativas, o quadro a seguir busca exemplificar essa diversidade e essa complexidade apresentando, separadamente, algumas ações a serem desenvolvidas, relativas ao fomento, ao acompanhamento e à avaliação em cada uma das dimensões propostas pelo programa.

**Quadro 3**

	<b>POLÍTICA</b>	<b>GESTÃO</b>	<b>ATIVIDADES (Programas/Projetos/Cursos/Atividades isoladas)</b>
<b>FOMENTO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discussão e definição das Diretrizes da Política de Extensão;</li> <li>• Organização e participação em eventos que favoreçam o aprimoramento da Política de Extensão;</li> <li>• Articulação com outras IES, instâncias governamentais, organizações da sociedade civil e movimentos sociais;</li> <li>• Articulação com o FOREXT, ABRUC, ABESC e IES Comunitárias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulação entre as várias instâncias gestoras da Extensão; Câmara de Extensão, PROEXT, NUPEX, Coordenadores de Projetos, Cursos e Atividades;</li> <li>• Desenvolvimento de Plano de Comunicação Social;</li> <li>• Definição e implementação dos planos anuais de gestão.</li> <li>• Definição e implementação de normas, regulamentos, fluxogramas, para todas as dimensões da avaliação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organização de eventos de fomento (Seminários, Oficinas, Cursos, etc...) voltados à comunidade interna;</li> <li>• Estímulo institucional à apresentação de propostas de extensão;</li> <li>• Articulação com setores da SCEI e com outras instâncias da Universidade que são demandadas em atividade dessa natureza;</li> <li>• Articulação com instituições de apoio e financiamento a iniciativas dessa natureza;</li> <li>• Estabelecimento de parcerias com outras instituições</li> </ul>
<b>ACOMPANHAMENTO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação e monitoramento do Plano de Acompanhamento da Política no âmbito interno da Universidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração e divulgação de relatórios de Gestão periódicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definição e implementação de procedimentos, fluxos e instrumentos de acompanhamento das atividades de extensão.</li> </ul>
<b>AVALIAÇÃO</b>	<p>Estudos avaliativos específicos</p> <p>Desenvolvimento de estudos de avaliação e de parâmetros de análise comparativa com dados da avaliação externa.</p> <p>Desenvolvimento de instrumentos específicos para avaliação permanente das atividades extensionistas.</p> <p>Aplicação dos instrumentos de avaliação, quando for o caso.</p> <p>Sistematização e divulgação dos resultados dos processos avaliativos</p> <p>Articulação com os processos avaliativos internos (CPA) e externos (MEC/INEP)</p>		

### **2.1.3. Considerações Metodológicas**

---

O desenvolvimento de um Programa dessa natureza mostra-se um processo bastante complexo e exige, para o seu desenvolvimento, a utilização de métodos, procedimentos e técnicas diversificadas e específicas para cada foco e momento do processo avaliativo. Além disso, deve-se levar em conta que o processo avaliativo é constituído também de pressupostos éticos e epistemológicos, que acabam por se expressar na própria proposta de avaliação que se quer implementar.

No caso do PROFAE, optou-se pelo paradigma da avaliação participativa que se caracteriza por três princípios básicos:

- avaliação democrática, que reconhece a existência do pluralismo de valores e concepções que permeiam a estrutura da instituição educacional, bem como a necessidade de se garantir, ao mesmo tempo, *sigilo* para os respondentes e *direito a informação* sobre os resultados da avaliação;
- auto-avaliação crítica, que envolve o diálogo entre os segmentos da instituição que participam do processo avaliativo, buscando identificar suas potencialidades e seus limites, na perspectiva do aprimoramento das ações extensionistas;
- autenticidade e compromisso que leve em conta a missão institucional e seus valores, a fim de que os resultados do processo avaliativo possam contribuir para a transformação dos contextos sociais onde a extensão desenvolve seus projetos e atividades, bem como contribuir para a revitalização do ensino, da pesquisa e da própria extensão.

Esses princípios são reafirmados pelo Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das IES Comunitárias: "...todo processo de gestão e avaliação da extensão precisa ser marcado pelos princípios da democracia, da horizontalidade e da transparência. Eles serão a sustentação e a garantia para aquilo que se chama de processo dialógico. Seguir tais princípios gera a perspectiva da descentralização, propiciando a participação de todos os agentes da vida universitária. Com efeito, a descentralização da gestão implicará a descentralização da tomada de decisões, da

formulação e da avaliação, estimulando o envolvimento, a criatividade e o comprometimento da comunidade acadêmica.”


Assim, tomando-se como premissa os princípios da avaliação participativa, propõe-se, no âmbito do PROFAE:

- considerar instâncias institucionais, co-gestores da extensão e público alvo como parte do processo avaliativo, ou seja, como participantes que podem auxiliar na análise e crítica das ações desenvolvidas, para aprimorá-las constantemente;
- disponibilizar, de forma sistemática, os resultados das avaliações, para manter o compromisso ético com as comunidades interna e externa e a transparência do processo;
- buscar implementar, de forma coletiva, nas mais variadas instâncias, mudanças que levem à superação dos problemas que venham a ser detectados no processo avaliativo da extensão.

Espera-se, com o desenvolvimento do Programa, propiciar a disseminação de uma cultura de avaliação da Extensão na PUC-Campinas. Assim, as ações de Fomento, de Acompanhamento e/ou de Avaliação desenvolvidas pelo Programa, definem-se como um conjunto articulado cujos resultados advindos do processo avaliativo constituem-se em fatores de estímulo e qualificação, determinando continuamente o estabelecimento de novas atividades de fomento. Seus resultados devem, ainda, propiciar subsídios para o Planejamento Estratégico da PUC-Campinas e da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários.

Nessa perspectiva, o quadro a seguir mostra a inter-relação entre os participantes/atores e a metodologia que se pretende implementar como diretriz do PROFAE:

#### Quadro 4

<b>Participantes – (Quem avalia e quem é avaliado?)</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>- Câmara de Extensão e Assuntos Comunitários do Conselho Universitário;</li><li>- Pró- Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários / Coordenadores de Cursos e de Projetos de Extensão;</li><li>- Comissão Institucional de Avaliação: CPA/NADAQ</li><li>- Coordenação dos Núcleos de Pesquisa e Extensão dos Centros – NUPEX / Conselhos dos NUPEX;</li><li>- Direção das Faculdades;</li><li>- Coordenadores responsáveis pelas Atividades/Cursos ou Projetos de Extensão;</li><li>- Clientela / público alvo/alunos.</li></ul>

<b>Metodologia (como avaliar?)</b> <b>Abordagens Qualitativas e/ou Quantitativas</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>- Identificação dos procedimentos mais adequados para avaliar cada dimensão;</li><li>- Identificação das fontes de coleta de dados;</li><li>- Levantamento e definição de categorias e indicadores que possibilitem avaliar cada dimensão;</li><li>- Elaboração dos instrumentos para coleta de dados;</li><li>- Aplicação dos instrumentos;</li><li>- Análise e socialização dos resultados;</li><li>- Elaboração de relatórios/documentos para divulgação interna/externa dos resultados.</li></ul>

A Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários deu início ao estabelecimento de critérios e indicadores para avaliação das atividades, Cursos e Projetos de Extensão, no que se refere ao processo de formulação, aprovação e implementação de Cursos e Projetos, que devem ser continuamente aprimorados, como referencial para a construção dos instrumentos de avaliação.

#### **2.1.4. Cronograma Inicial de Implantação do PROFAE**

A partir do referencial aqui explicitado, que requer inclusive uma mudança de cultura institucional, além do aprimoramento permanente de seus procedimentos e instrumentos, definiu-se, como parte da Política de Extensão da PUC-Campinas, um cronograma inicial de implantação do PROFAE, apresentado a seguir.

Na elaboração desse cronograma respeitaram-se as etapas já em desenvolvimento desde a implantação da Pró-Reitoria, em 2002, os objetivos definidos no Planejamento Estratégico da PUC-Campinas PES 2003-2010 e as possibilidades de

implementar a Política de Extensão no período demarcado pela gestão 2002-2005 da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários.

ETAPAS	ATIVIDADES
Etapa I - 2002	<ul style="list-style-type: none"> <li>- apresentação de proposta preliminar do PROFAE;</li> <li>- aprimoramento dos fluxos de tramitação dos Projetos e das propostas de Cursos de Extensão;</li> <li>- legitimação das coordenações dos Núcleos de Pesquisa e Extensão dos Centros como co-gestores da Extensão;</li> <li>- formulação e aprovação da Política de Extensão da PUC-Campinas;</li> <li>- implantação da Câmara de Extensão;</li> <li>- elaboração de formulários e roteiros indicativos para apresentação de propostas de projetos e cursos de extensão.</li> </ul>
Etapa II - 2003	<ul style="list-style-type: none"> <li>- sensibilização da comunidade universitária e dos co-gestores da extensão quanto às atividades de Extensão e quanto ao processo avaliativo: realização do Encontro de Extensão Universitária;</li> <li>- revisão dos fluxogramas de encaminhamento das propostas de cursos, projetos e atividades de extensão;</li> <li>- definição do processo de informatização para oferecimento dos cursos de extensão;</li> <li>- início da elaboração de instrumentos para avaliação dos cursos de extensão</li> </ul>
Etapa III – 2004	<ul style="list-style-type: none"> <li>- definição de categorias e critérios de indicadores para construção dos instrumentos de avaliação de cursos, projetos e atividades de extensão;</li> <li>- realização do I Seminário de Avaliação da Extensão Universitária;</li> <li>- socialização das propostas de avaliação com os co-gestores da Extensão: Diretores dos Centros, Coord. dos Núcleos de Pesquisa e Extensão nos Centros, Professores representantes da Extensão nos Núcleos e Conselhos de Núcleos ;</li> <li>- definição de instrumento e implementação da avaliação nos cursos a serem oferecidos em 2004;</li> <li>- continuidade da elaboração da proposta do PROFAE;</li> <li>- início da implementação do PROFAE, desenvolvendo atividades de sensibilização para o processo avaliativo da extensão;</li> <li>- início do processo de discussão das dimensões I e II do PROFAE;</li> <li>- elaboração de instrumentos para avaliação de projetos de extensão;</li> <li>- implementação do sistema informatizado para o processo de oferecimento dos cursos de extensão.</li> </ul>
Etapa IV – 2005	<ul style="list-style-type: none"> <li>- implementação do processo de avaliação dos projetos de extensão (Mostra de Projetos);</li> <li>- implementação da avaliação das atividades de extensão;</li> <li>- definição de instrumentos para avaliação das dimensões I – acompanhamento e avaliação da Política de Extensão e II – acompanhamento e avaliação da Gestão da Extensão, do PROFAE;</li> <li>- Realização de encontros de extensão (março, outubro e novembro/2005);</li> </ul>

As etapas da Gestão 2006-2010 estão sendo elaboradas segundo os parâmetros estabelecidos pelo marco da implantação da Nova Carreira Docente. No ano de 2006 os programas institucionalizados na dimensão da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários foram avaliados segundo as diretrizes políticas da Extensão Universitária sobre continuidade e conclusão de suas atividades, como redirecionamento da gestão dos programas para as instâncias competentes. Em 2007 inicia-se novo estudo para continuidade do PROFAE, na construção coletiva dos parâmetros da avaliação processual e contínua das atividades de extensão junto às diferentes instâncias da extensão universitária PUC-Campinas.

A implementação do Programa, que visa acompanhar e avaliar as atividades de Extensão, é uma das prioridades da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Destaca-se que algumas atividades previstas no PROF AE foram desenvolvidas em 2003 e 2004, tendo resultado em Documentos Técnicos de Referência para orientação quanto aos procedimentos operacionais e critérios de avaliação das atividades de extensão. Dada a complexidade de todo processo avaliativo e levando-se em conta a diversidade e a natureza das atividades de Extensão, tem-se claro que o PROF AE deve ser continuamente revisto e aprimorado, com a participação de todos os segmentos, da Universidade e da comunidade, envolvidos com as atividades propostas.

### **3. A QUALIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO**

---

No âmbito técnico-operacional, a implantação do PROF AE, como ação constante de acompanhamento e avaliação das ações extensionistas, permitiu consolidar um conjunto de indicadores de qualidade da Extensão na PUC-Campinas. Concebido como marco referencial para a construção de avaliação institucional da Extensão, as categorias, critérios e indicadores definidos no PROF AE passaram a orientar a formulação dos instrumentais avaliativos dos cursos e projetos em andamento: formulários de encaminhamentos das propostas, questionários e roteiros de avaliação. Essa dimensão avaliativa do Programa, entendida como parte integrante do planejamento das atividades extensionistas, vem contribuindo também com a gestão da extensão nos Centros, uma vez que fornece dados importantes para as Coordenações de NUPEX e para os docentes que desenvolvem atividades extensionistas, subsidiando o aprimoramento da formulação das propostas de extensão.

Relativamente à sistematização das informações sobre a extensão na PUC-Campinas, o conjunto das categorias e indicadores estabelecidos pelo PROF AE constituíram-se referencial para a elaboração do sistema informatizado da Extensão na Universidade. Esse sistema, integrado ao Programa e constituído como um sistematizado conjunto de dados e informações relativas às atividades extensionistas na instituição, funcionará como importante ferramenta para o registro,

o acompanhamento e a gestão da extensão, assim como para identificar demandas sociais. Sob esse aspecto, configura-se como um instrumento importante na tomada de decisões no âmbito da gestão da extensão, possibilitando o redirecionamento das ações na busca de melhoria do processo acadêmico extensionista.

Nesse sentido, as ações estratégicas da gestão 2006-2010 da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, propostas no Plano de Gestão que obedece às diretrizes da Política de Extensão, objetivam expressar o compromisso da PUC-Campinas com a Cidade, o Município e a Região em que está inserida. Possibilita um sistema indutor de aprimoramento das relações do tripé ensino-pesquisa-extensão, sendo que tal sistema coleta, armazena e divulga informações de interesse para a vida da Metrópole e Comunidade Interna da Universidade. Contribui para o acompanhamento e avaliação das atividades de Extensão indissociavelmente integradas com as de pesquisa e as de ensino.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DESAFIOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PUC-Campinas**

No período que compreende a primeira fase do Plano de Desenvolvimento Institucional, os desafios da Extensão Universitária da PUC-Campinas detectados no estudo realizado em 1997 estão sendo, gradativamente, superados.

A Formulação da Política de Extensão, com diretrizes discutidas com a Comunidade e aprovada no CONSUN em 22/05/2002, redirecionou qualitativamente as ações de extensão da Universidade, também quando da implantação da nova estrutura das instâncias de gestão: Câmara de Extensão do CONSUN, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e dos Núcleos de Pesquisa e Extensão dos Centros.

Foram definidos e implantados procedimentos, fluxos e instrumentos para a operacionalização das atividades de extensão resultando na formulação e desenvolvimento de novas ações, no fomento, acompanhamento e avaliação da extensão e na comunicação e difusão das atividades realizadas junto aos Centros.

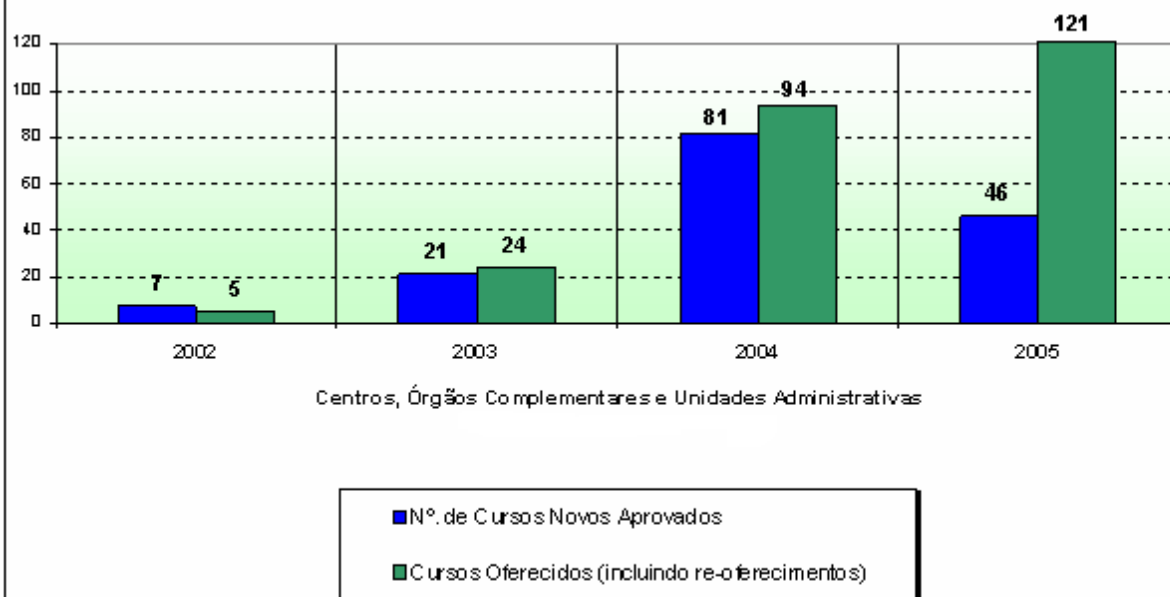


Sobre os Cursos de Extensão, ações prioritárias foram tomadas e continuam em vigor como:

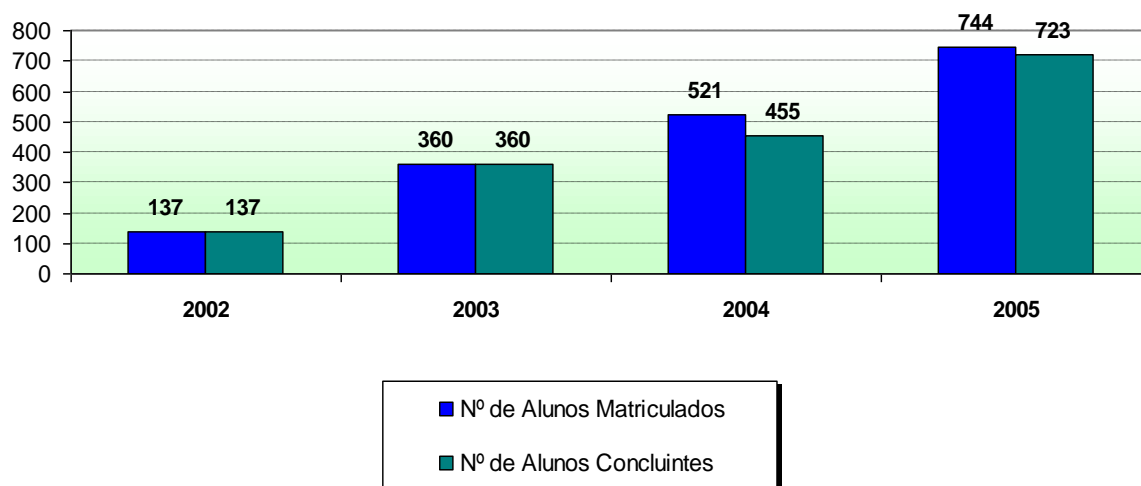
- criar mecanismos institucionais que agilizem a aprovação das propostas de Cursos de Extensão, tramitação e aprovação das propostas e respectivos fluxogramas, e a elaboração de uma Resolução Normativa para os Cursos de Extensão;
- informatização dos processos do Curso de Extensão: do cadastramento à emissão de certificados, acompanhamento do cadastro, matrículas e vagas, possibilitando relatórios estatísticos de cursos oferecidos e ministrados, alunos inscritos e concluintes, estatística de docentes da PUC-Campinas e convidados;
- fomento e elaboração de novas propostas de cursos, com identificação de potencialidade para novas propostas e fragilidades a serem superadas;
- Plano de Comunicação Social junto ao Departamento de Comunicação da Universidade, com publicação de catálogos de Cursos de Extensão aprovados pelo CONSUN e estudos de novas estratégias de divulgação com Planos de Mídia segmentados;
- acompanhamento e avaliação sistemática dos Cursos e Processos, segundo diretrizes do PROFAE, com a organização dos fluxos de acompanhamento e avaliação, elaboração de instrumentos específicos para o público-alvo e docente, emissão de relatórios semestrais e anuais de avaliação.

Os gráficos abaixo revelam a Evolução Anual dos Cursos de Extensão:

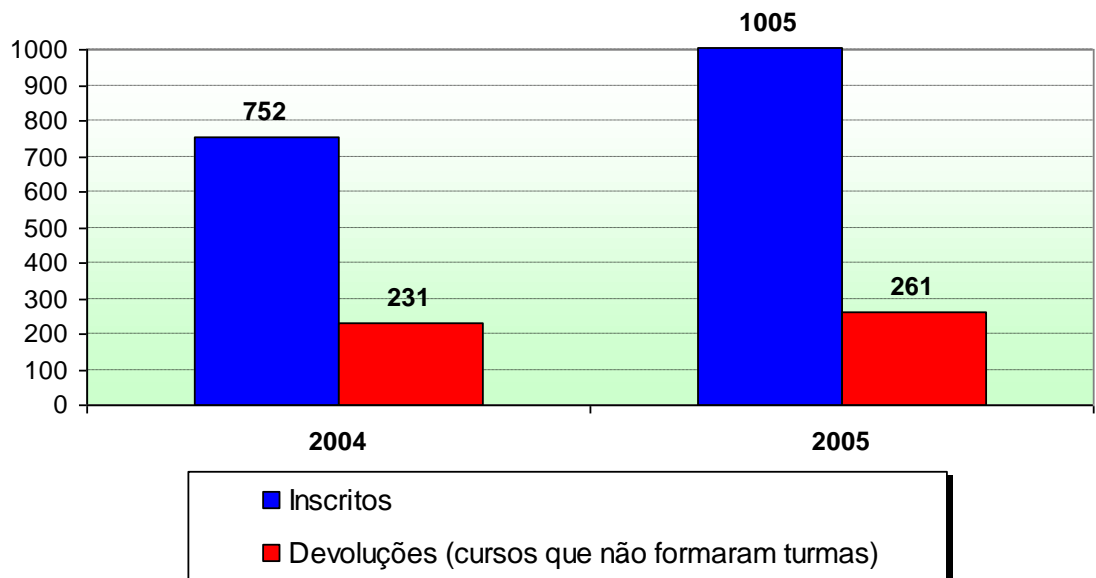
### Evolução Anual da Aprovação e do Oferecimento dos Cursos de Extensão



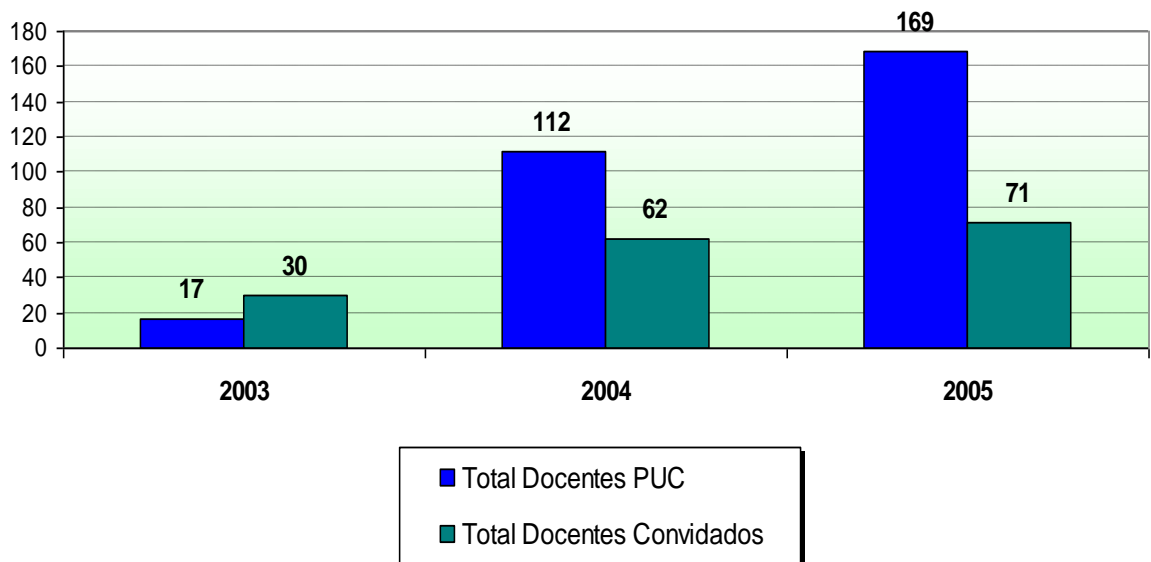
### Acompanhamento de Alunos



### Estadística de Alunos Inscritos e Devoluções



### Estadística do Corpo Docente: análise das propostas aprovadas



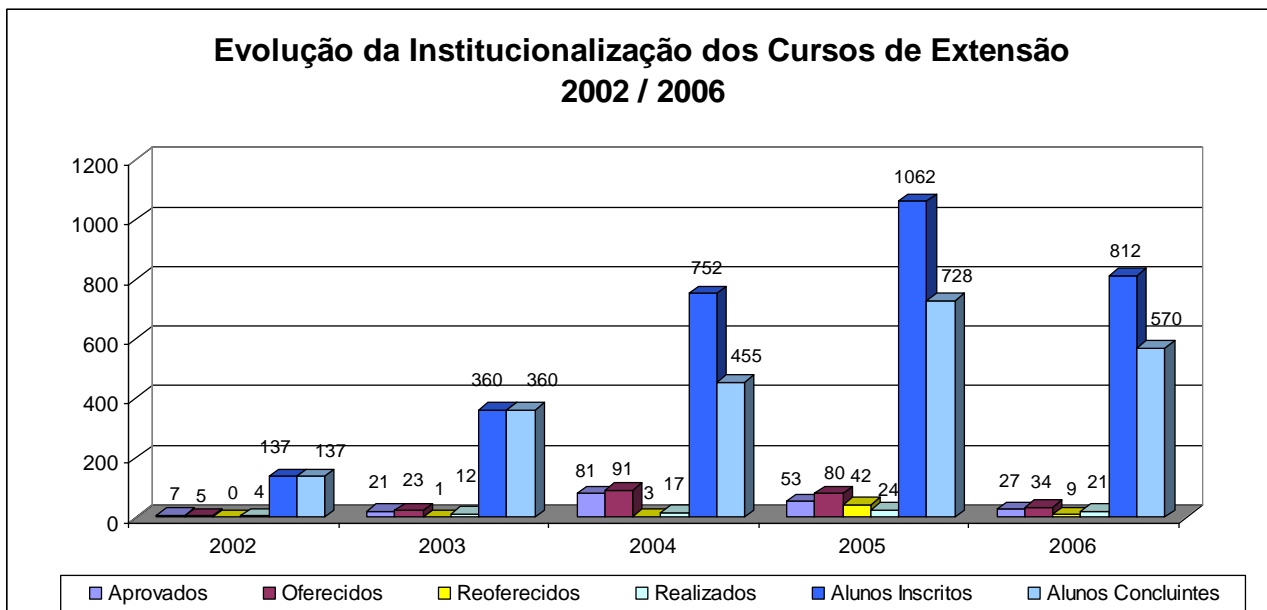
Os desafios para a Coordenadoria de Cursos de Extensão estão para o fomento de Cursos diante da realidade e demanda do campo de trabalho, prospecção de novos cursos, entre eles as modalidades In Company e de Ensino a Distância, e uma Política de Preço e de Negociação, como fortalecimento da Política de Divulgação dos Cursos de Extensão.

Vale destacar, de uma maneira geral, que as atividades desenvolvidas durante o ano de 2006, pela Coordenadoria de Cursos de Extensão, foram bem sucedidas. Entretanto, em decorrência de um direcionamento das atividades dos professores para a carreira docente, houve uma queda no oferecimento dos cursos no segundo semestre. Contudo, a média de oferecimento anual de Cursos de Extensão manteve-se como ao longo dos anos anteriores. Nesse sentido, esses dados revelam que deve permanecer a política de acompanhamento dos cursos de extensão, de forma a promover melhorias tanto no processo administrativo, quanto na divulgação e no processo ensino-aprendizagem, para que, efetivamente, os cursos de extensão se qualifiquem e se mantenha uma rotina de oferecimentos.

Abaixo o quadro mostra um resumo, em números, dos cursos de extensão da PUC-Campinas nos últimos anos.

<b>Ano</b>	<b>Cursos Aprovados</b>	<b>Cursos Oferecidos</b>	<b>Cursos Reoferecidos</b>	<b>Realizados</b>	<b>Alunos Inscritos</b>	<b>Alunos Concluintes</b>
2002	7	5	0	4	137	137
2003	21	23	1	12	360	360
2004	81	91	3	17	752	455
2005	53	80	42	24	1062	728
2006	27	34	9	21	812	570
<b>Total Geral</b>	<b>189</b>	<b>233</b>	<b>55</b>	<b>78</b>	<b>3123</b>	<b>2250</b>

Por fim, logo abaixo, um gráfico comparativo que apresenta a evolução dos Cursos de Extensão nos últimos anos, incluso 2006.



Sobre os Projetos de Extensão, as ações tomadas foram as seguintes:

- organização de instrumentos e procedimentos de Formulação, Tramitação, Aprovação e Formalização dos Projetos de Extensão, com a elaboração de Formulários de Encaminhamentos, Roteiros Indicativos para Projetos e Eventos de Extensão, Proposições de fluxos para Projetos e de modelos de Termos Jurídicos para estabelecimento de parcerias e, ainda, proposição de documento normativo para Projetos de Extensão;
- identificação e categorização dos Projetos que estavam em Desenvolvimento com o levantamento das atividades, elaboração de cadastro dos Projetos de Extensão 2003, 2004 e 2005, classificação dos Projetos por eixos de desenvolvimento, público-alvo e por área temática, proposição inicial do processo de informatização para Projetos de Extensão;
- desenvolvimento de iniciativas de Fomento, Acompanhamento e Avaliação dos Projetos de Extensão pelas diretrizes do PROFAE, como a definição de critérios iniciais para avaliação, por instâncias de avaliação, criação de instrumentos de acompanhamento dos projetos, capacitação dos Representantes da Extensão junto aos NUPEX's, implantação do piloto de distribuição de Bolsas de Extensão, apoio à

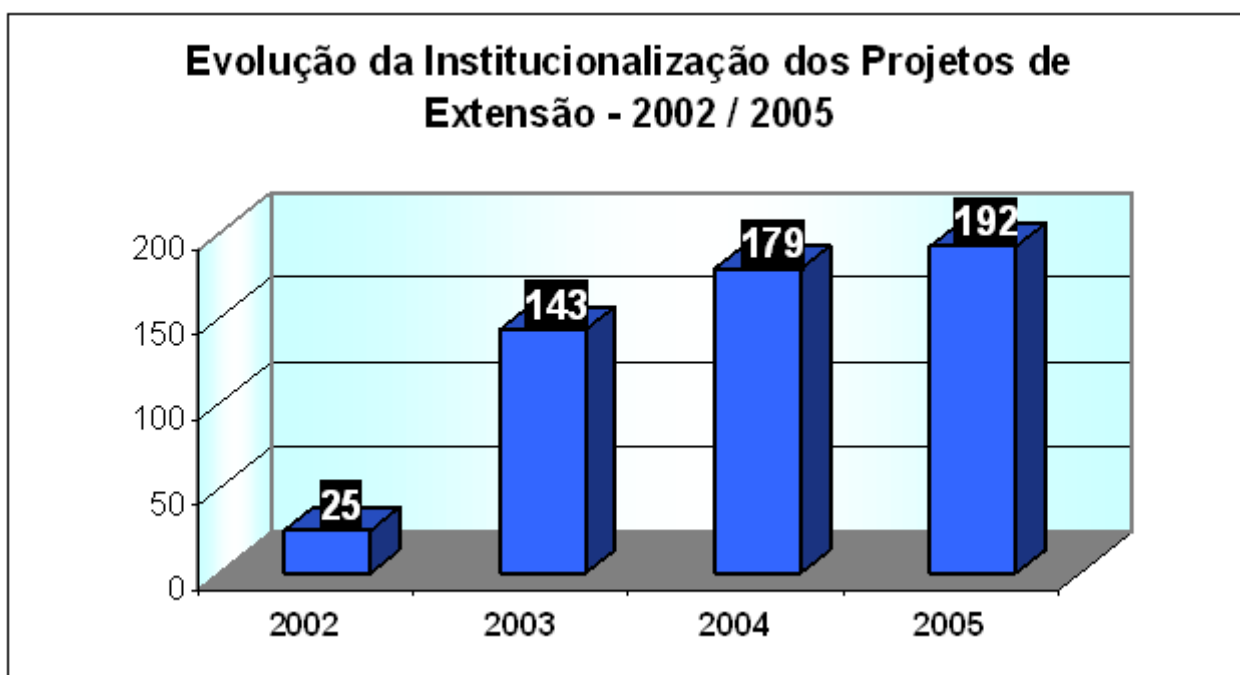
realização de eventos, realização de Seminários de Avaliação; Apoio às Publicações, consultoria e capacitação para a qualificação da gestão de projetos de extensão e realização de estudos visando uma Política de Financiamento para Projetos de Extensão.

Os desafios para os Projetos de Extensão estão em rever e qualificar as ações e serviços de extensão direcionados pelo Plano de Gestão da Extensão, com o Programa Geral, normatizados pelo Regulamento do Plano de Carreira Docente da Universidade.

Foram definidos Núcleos Territoriais de Extensão no entorno das Paróquias: Catedral – região central e Nossa Senhora de Guadalupe – região noroeste, lugares onde as práticas extensionistas acontecerão, além do Campus I e Campus II, em atenção à Comunidade Interna.

Promover a captação de recursos externos de Instituições do primeiro ou terceiro setor, para o fomento de mais Projetos de Extensão, entretanto, direcionados pelas concepções e objetivos do Programa Geral da Extensão e, principalmente, à luz da Política de Extensão da Universidade.

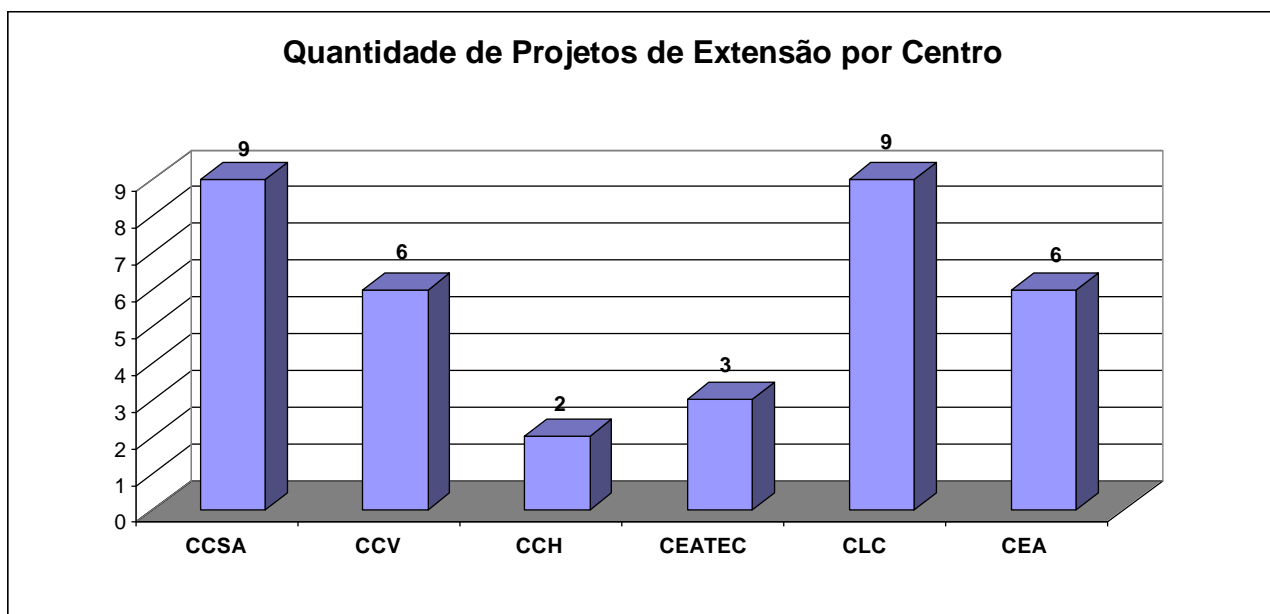
O gráfico abaixo aponta a evolução dos Projetos de Extensão dos últimos anos:



Ressalta-se que os números apresentados incluem os Projetos de Extensão do antigo regime de Carreira Docente, denominado Dedicção, Projetos de Extensão relacionados à Coordenadoria de Atenção à Comunidade Interna e, ainda, aos projetos relacionados aos laboratórios de ensino e de pesquisa dos Centros.

No ano de 2006, como citado anteriormente, em função do novo Regulamento do Plano de Carreira Docente da Universidade e do redirecionamento das atividades de Extensão sobre Ações e Serviços, cada Projeto de Extensão cadastrado passou e deve passar por uma classificação que corresponda às diretrizes do Programa Geral da Extensão e dos parâmetros de Avaliação do MEC.

O gráfico a seguir apresenta o número de projetos de extensão 2006/2007 vinculados aos Planos de Trabalho de 40 horas dos professores, por Centros:



Sobre a Coordenadoria de Apoio à Comunidade Interna, na Gestão 2002-2005, foram implementados dois programas a saber:

- Programa Universidade Saudável, com um conjunto de ações e projetos de natureza diversa relacionados aos objetivos da promoção de qualidade de vida da comunidade interna nos Campi, com atividades de esporte, lazer, cultura, arte, saúde, meio ambiente e cidadania;

- Programa de Atenção Psicossocial, com a iniciativa de apoiar e promover atividades que favoreçam a atenção à comunidade universitária expostas a situações de risco relativamente à saúde como um todo.

Em relação à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, a partir da aprovação das diretrizes da Política de Extensão da Universidade, são desafios e prioridades:

- o estímulo permanente da articulação do tripé ensino-pesquisa-extensão por um sistema indutor de reflexões sobre a práxis acadêmica e a realidade social na qual a Universidade se insere, para a qualificação das atividades-fim e cumprimento da missão da Universidade;
- continuidade para a implantação do Programa de Acompanhamento e Avaliação da Extensão;
- fortalecimento da Comunicação Social das atividades da Extensão como elemento facilitador na relação interna da Universidade e na relação Universidade-Sociedade;
- racionalização e qualificação dos processos gerenciais da extensão por meio de redirecionamento de fluxos e processos administrativos de apoio;
- definição de parâmetros e instrumentos para realização de convênios e termos de parcerias;
- criação de uma fundação (figura jurídica) de apoio à Extensão;
- criação de Unidades de Extensão Interdisciplinares dos Centros;
- qualificação dos profissionais que respondem pelas atividades de extensão nos âmbitos da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, Conselho Consultivo da Extensão e Núcleos de Pesquisa e Extensão;



- melhoria de infra-estrutura física, para atendimento às necessidades dos docentes com Plano de Trabalho de 40 horas, aprovado na Extensão e também para a realização de cursos de extensão;
- aprimoramento e complementação do quadro permanente de recursos humanos da PROEXT e dos NUPEX's, bem como melhoria da infra-estrutura.

Finalmente, a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários objetiva, como ocorreu no I Encontro Internacional da Extensão e da Pesquisa PUC-Campinas em 2006, fazer e ser da Universidade um lugar de Referência da Metrópole, com destaque para a Região Metropolitana de Campinas, aprofundando, constantemente, a discussão sobre as relações entre a extensão, o ensino e a pesquisa. A potência desse diálogo, segundo Paulo Freire, deve promover mudanças, fazer avançar os processos de humanização interno e externo da Universidade. Nesse sentido, é importante compreender o conceito chave da teoria freiriana referente ao **diálogo**, ponte constitutiva de ação numa igualdade incontestável entre as pessoas da Universidade e as pessoas das comunidades com as quais interagem. Não há valor na produção de conhecimento acadêmico que não seja passível de sentidos atribuídos pela sociedade. Dos conceitos freirianos, têm-se a essência da Extensão: diálogo, engajamento, tempo/temporalidade, educar(-se), tomada de consciência, tolerância, tarefa de educador, situação educativa, humildade, capacitação técnica e esperança. O desafio da Extensão PUC-Campinas, nas palavras de Paulo Freire, *“o que se quer é diminuir a distância entre a universidade ou o que se faz nela e as classes populares, mas sem a perda da seriedade e do rigor.”*

## **5. CENTRO INTERDISCIPLINAR DE ATENÇÃO AO DEFICIENTE - CIAD**

### **5.1. EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DO CIAD**

O Centro Interdisciplinar de Atenção ao Deficiente (CIAD/PUC-Campinas), desde sua criação em 1991, teve como missão a facilitação da inclusão social de Pessoas com Deficiência, sendo um órgão de extensão da PUC-Campinas.

Na última década, configurou-se como órgão executor também das propostas de ensino e pesquisa da Instituição.

No âmbito da extensão, o CIAD atualmente desenvolve 18 projetos coordenados pelas áreas Pedagógica, Esporte, Psicossocial, Saúde, Profissionalização e Artes, e desenvolvidos por aproximadamente 200 estagiários Bolsistas e Voluntários de diversas áreas da Universidade, atendendo cerca de 600 pessoas com Deficiência, semanalmente, advindos de 7 instituições de Campinas e região e alunos não-institucionalizados.

Objetivando promover a inclusão social de pessoas com Deficiência, além de possibilitar um trabalho interdisciplinar aos diversos graduandos da Universidade, o CIAD cria condições para que esses estagiários tenham uma melhor compreensão da questão da deficiência, acrescentando-lhes experiência profissional e de vida.

No propósito de contribuir para a viabilização de processos educacionais de excelência, o CIAD tem-se mantido em constante transformação, acompanhando o atual processo educacional e atendendo à necessidade de mediar a relação entre a missão educacional da PUC-Campinas e a sociedade pós-moderna, possibilitando uma formação flexível, polivalente, propiciando a interdisciplinaridade pela promoção da convivência interuniversitária intensa dos Estagiários e favorecendo a formação integral da pessoa humana.

Tendo como referencial as concepções de ensino, pesquisa e extensão, a equipe interdisciplinar enfatiza a preocupação em concretizar um trabalho articulado de fundamentação teórica e prática, resultando em ações e projetos coerentes com a missão e proposta da PUC-Campinas, em seu projeto pedagógico.

As parcerias com diferentes Unidades da PUC-Campinas tem a proposta de socializar os trabalhos e proporcionar a elaboração de projetos de Práticas de Formação e a viabilização das Práticas Prospectivas de Ensino, intensificando a proposta interdisciplinar do CIAD. Essas atividades se caracterizam *a priori* como instrumentos privilegiados de conhecimento da realidade socioprofissional, desempenhando importante função integradora, tanto no âmbito curricular quanto na esfera de suas relações com a comunidade.

A missão do Centro Interdisciplinar de Atenção ao Deficiente–CIAD foi desenvolvida ao longo de sua existência sempre vinculada à atuação da PUC-Campinas no campo educacional, social e cultural, com a interlocução entre ensino, pesquisa e extensão. O CIAD tem como missão:

Desenvolver ações integradas e inovadoras de extensão, de produção de conhecimentos e de ensino, em consonância com as áreas de atuação da PUC-Campinas, com base no Programa Geral de Extensão, contribuindo para a formação de humanística para transformações pessoais, organizacionais e sociais.

A facilitação da inclusão social de pessoas com deficiência, como um órgão de extensão, em consonância com as áreas de atuação da PUC-Campinas, contribui para a formação humanística e transformações pessoais, organizacionais e sociais.

## **NOSSOS VALORES**

As ações do CIAD são orientadas pelos seguintes valores:

- Educação para a autonomia.
- Compromisso com a formação cristã e humana.
- Valorização da diversidade.
- Capacidade prospectiva e empreendedora.
- Fundamentação científica Extensionista.

## **A VISÃO DO CIAD**

Contribuir para a inserção e consolidação da PUC–Campinas em sua atuação na extensão, reconhecida nacionalmente pela excelência e pela atuação inovadora, atuando no desenvolvimento de projetos, priorizando os de natureza interdisciplinar, intersetorial e interinstitucional, que favoreçam o equacionamento de demandas sociais emergentes.

## **5.2. CARACTERIZAÇÃO ESPECÍFICA DA ÁREA**

### **5.2.1. INSTITUIÇÕES ATENDIDAS**

- Alunos Institucionalizados
- Alunos Não-Institucionalizados
- Instituto de Pedagogia e Terapêutica Prof. Norberto de Souza Pinto
- Grupo Especial Recreativa Alternativo Lazer - GERAL
- Recriar Instituto de Educação Especial
- Sociedade Campineira de Recuperação da Criança Parálítica
- Institutos Campineiro do Cegos
- Centro Cultural Luís Braille
- Associação para o Desenvolvimento dos Autistas de Campinas – ADACAMP
- Grupo de Pais

### **5.2.2. DEFICIÊNCIAS ATENDIDAS PELO CIAD**

- Física (DF) → comprometimento do sistema locomotor (ossos, articulações e músculos) ou no sistema nervoso, com alteração motora.

- Mental (DM) → Prejuízo orgânico do cérebro ou desordem neurológica com comprometimento cognitivo.
- Auditiva (DA) → Ausência ou perda parcial ou total dos dispositivos sensoriais da audição.
- Visual (DV) → sonegação ou configuração subnormal da visão, devido à realidade congênita ou disfunção adquirida.
- Autismo → Síndrome precocemente definida por alterações nas relações interpessoais, linguagem/comunicação e comportamento.
- Paralisia Cerebral (PC) → Lesão no cérebro que resulta em condições de paralisia, fraqueza, incoordenação e disfunções motoras.
- Múltiplas → Comprometimentos sensoriais e físicos e/ou alterações da inteligência acarretados por causas diversas.
- Exclusão Social → provocada em vida decorrente de desnutrição e desafeto, devido à miséria, ignorância, falta de assistência desarticulação familiar.

### **5.2.3. ÁREAS ONDE ATUAM ESTAGIÁRIOS:**

---

- Artes Visuais com ênfase em Design
- Educação Física
- Engenharia da Computação
- Fisioterapia
- Fonoaudiologia
- Jornalismo
- Pedagogia
- Psicologia
- Terapia Ocupacional
- *Geografia*

- *História*
- *Turismo*
- *Relações Públicas*
- *Publicidade e Propaganda*
- *Enfermagem*

### **5.3. OBJETIVOS GERAIS**

01. Promover o ensino, a pesquisa e a extensão, priorizando a inclusão social das pessoas com Deficiência, qualificando e disponibilizando profissionais para cursos de extensão e especialização.
02. Facilitar a interdisciplinaridade na formação do acadêmico da PUC-Campinas.
03. Promover o desenvolvimento de parcerias com projetos sociais facilitando a implementação de novos projetos que possibilitem maior dinamismo de ação.
04. Viabilizar o desenvolvimento do caráter comunitário interno e externo, inserido na proposta de integração e solidariedade, sendo uma das referências ao trabalho com pessoas com necessidades especiais.
05. Colaborar no desenvolvimento e na formação de cidadãos conscientes do exercício profissional contextualizado na responsabilidade social.
06. Alinhar e expandir os conceitos da estrutura organizacional do CIAD, refletindo sobre o processo de trabalho e atuação de cada área.
07. Oportunizar capacitação e atualização da equipe de profissionais do CIAD, garantindo um trabalho de qualidade aos atendidos no CIAD, e promover a parceria no trabalho de inclusão social com professores da rede pública de ensino, entidades, grupos de apoio, etc.

08. Trabalhar em condições ideais de espaço físico, equipamentos e recursos materiais necessários para um atendimento de qualidade, de acordo as especificidades de cada clientela atendida no CIAD.
09. Priorizar a qualidade de atendimento adequando o número de bolsa estímulo à demanda existente no CIAD, motivando dessa maneira a permanência do estagiário durante maior tempo.
10. Viabilizar e facilitar as relações para desenvolvimento de projetos comuns com os diversos Centros da PUC–Campinas.
11. Ampliar e qualificar os projetos desenvolvidos no CIAD.
12. Propiciar a mobilidade das pessoas com necessidades especiais dentro da Universidade, eliminando barreiras ambientais.

#### **5.4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

01. Desenvolver projetos de pesquisa viabilizando a proposta de extensão voltada à inclusão social da pessoa com Deficiência.
02. Criar condições de desenvolvimento de projetos interdisciplinares como facilitadores de uma formação profissional crítica e transformadora.
03. Consolidar a função comunitária pela busca de parcerias como OGs/ONGs, na prestação de uma extensão integrada aos objetivos confessionais da Universidade.
04. Desenvolver a participação do acadêmico das diversas Unidades da PUC-Campinas nos projetos idealizados pelo CIAD, objetivando o desenvolvimento da formação profissional integral.
05. Favorecer o desenvolvimento físico e/ou mental da pessoa com Deficiência, para que possa usufruir de seus direitos e deveres de cidadão no seio da sociedade.
06. Atuar como facilitador na inclusão social de pessoas com deficiência.

07. Ampliar a atuação da PUC–Campinas na extensão, notadamente no que diz respeito aos deficientes e ao território da região metropolitana de Campinas.
08. Intensificar a relação ensino-pesquisa-extensão.
09. Gerar conhecimentos teóricos e práticos em sintonia com as demandas e tendências das áreas de atuação.
10. Realizar iniciativas que promovam a troca de conhecimentos científicos, profissionais e culturais entre a comunidade acadêmica e a sociedade.
11. Promover ações compartilhadas, projetos e programas envolvendo cursos e outros órgãos da Universidade e as várias áreas do conhecimento, bem como com as comunidades externas, propiciando a multidisciplinaridade presente na missão do CIAD.
12. Promover e incentivar a atuação da comunidade acadêmica em iniciativas sociais.
13. Realizar eventos acadêmicos, esportivos e culturais que promovam o intercâmbio de conhecimentos.

#### PROJETOS DESENVOLVIDOS EM 2002

ATIVIDADE	PÚBLICO-ALVO (nº)		
	DOCENTES (nº)	Estagiários (nº)	Atendidos
<b>PROJETOS E INSTITUIÇÕES</b>			
Projeto: Formação de Vínculos Afetivos Com Autistas e Portadores de Transtornos Invasivos do Desenvolvimento - Associação para Desenvolvimento dos Autistas de Campinas – ADACAMP	02	14	30
Projeto de Esportes Apae de Artur Nogueira	02	10	12
Projeto: Arte Diversidade - Escola de Educação Especial de Pedagógica e Terapêutica Prof. Norberto de Souza Pinto	02	16	25
Projeto: Estimulação Motora: Crianças com Possibilidade Para Deficiência Física - Casa da Criança Parálitica	02	08	12



Projeto: Atividade Física Para o Deficiente Visual: Incorporando Novos Hábitos - Instituto dos Cegos	01	07	20
Projeto: Atividade Física Para o Deficiente Visual: Incorporando Novos Hábitos - Centro Cultural Luís Braille	01	05	16
Projeto: Arte Diversidade - Grupo Especial Recreativa Alternativa Lazer - GERAL	02	15	20
<b>PROJETOS DESENVOLVIDOS – ALUNOS NÃO-INSTITUCIONALIZADOS</b>			
Grupo de família: parceria e cooperação	05	04	25
Curso de massagem para relaxamento e prática das rotinas em salão de beleza	01	03	12
Mercado de trabalho inclusivo	01	010	60
Arteterapia - família	03	00	10
Projeto esporte: Tênis	02	03	20
Projeto esporte: Bocha	02	06	40
Projeto esporte: Natação	02	07	20
Projeto esporte: Futsal	02	03	40
Projeto Férias	01	10	40
Lazer e humanização para inclusão social	01	04	90
Dança ParaTodos	01	10	30
Inclusão digital favorecendo a inclusão social	01	10	80
Banco de Currículo	01	02	70

#### Eventos Promovidos em 2006

EVENTO	DATA	LOCAL	PARCERIA/ APOIO	OBSERVAÇÕES
A Universidade Socializando as Experiências com Pessoas Deficientes.	04/06	CIAD		Momento de Socialização de trabalhos desenvolvidos na Universidade envolvendo a deficiência nas diversas

				áreas do conhecimento
1º Fórum Capacitando para Diversidade  Special Olympics. Artes Sem Barreiras	05/06	CIAD/FAE FI		
Encontro: “A Universidade Socializando a Diversidade”	25/05	Campinas		Atividade realizada como abertura das atividades do 1º Semestre nos projetos semanais com alunos atendidos pelo CIAD (Instituições e alunos não-institucionalizados)
Simpósio sobre Inclusão das Pessoas com Deficiências: Arte, Esporte, Saúde e Trabalho.	06/06	CIAD		
1º Torneio Olimpíadas Especiais “Special Olympics”.	06/06	CIAD/FAEFI		
Festa Junina Profissionalização	26/06	CIAD		Festa de comemoração junina com a participação dos alunos profissionalizados sob a coordenação da Profa. Rita Manjaterra Khater.
Oficina de Arteterapia na Semana de Psicologia da Puc-Campinas  Maria Christina Quilici Guimarães  Renata Meirelles Pires Ferreira	11/06	Campus II		
Projeto Férias	05 a 21/07	Espaços culturais e de lazer da região		Participação de cerca de 40 Alunos, 20 familiares e 20 estagiários - visitas programadas a espaços culturais e de lazer de Campinas e região.
Visita a Exposição “Que Chita Bacana” e participação nas atividades propostas pelo Evento.	11/07 15/08 18/08	Sesc - Sesc Campinas		Passeio Cultural e de Integração  Projeto de Férias ADACAMP Casa da Criança Paralítica

Caminhada Inclusiva	24/09	Parque Taquaral	Conselho Municipal de Atenção às Pessoas com Deficiência	Encerrando a Semana de Inclusão foi realizada uma caminhada no Taquaral com participação maciça dos alunos do CIAD.
Lanche Comunitário e Visita Ao Parque Ecológico e Zoológico de Paulínia	18/07 05/09	Parque Ecológico de Paulínia		Passeio Cultural e de Integração Projeto de Férias ADACAMP
Participação no I Congresso Campineiro Saúde da Mulher para à População	16 e 17/09	Estádio Moises Lucarelli	Life Reprodução Humana Campinas	Orientações sobre a saúde da mulher, palestras e exames gratuitos; participação do Grupo de Mães do Projeto Família.
II Fórum Capacitando para diversidade Special Olimpcs	10/06	CIAD/FAE FI		
Piquenique, caminhada e apresentação de Teatro de Fantoches.	04 e 19/10	Bosque Campus I e Parque da Lagoa da UNICAMP		Integração dos grupos e socialização das Atividades físicas - artístico-culturais desenvolvidas nos projetos "Arte na Diversidade" e "Esportes" e "Família"
Festa do Dia das Crianças	06/10	CIAD	CIAD e mães das Crianças Participantes do Projeto da Casa da Criança Parálitica	Comemoração do dia das Crianças
II Arte Intrusa	06/10	CIAD	Laboratório do Ator SINDIMED	Projeto que reúne atores com e sem deficiência
1º Congresso Nacional sobre Inclusão de Pessoa com Deficiência 1º Festival de Arte Sem Barreiras "Albertina Brasil"	06/07 e 08/11	CIAD	FEAC – Programa Arte Sem Barreiras – FUNARTE – Confort Suits Campinas – Sleep Inn Galeria – MM Porto Hotel – C.I. Central de	Encontro com as diferenças: Reflexões e Ações. Um olhar além da diferença, com o sujeito interagindo com seus interlocutores, aproximando-se de formas culturalmente

			Intercâmbio	organizadas, tornando-se o sujeito de seu próprio desenvolvimento.
Festa de Encerramento do Projeto ADACAMP Maria Helena Cirne de Toledo Carmen Silvia Porto Ribeiro	24/11	CIAD		Festa de Natal e de encerramento do ano letivo
Festa de Encerramento do Projeto Esportes e Projeto Família Maria Luiza Carmen Silvia Porto Ribeiro Vagner Bergamo	25/11	CIAD		Festas de Natal encerrando o ano letivo
Festa de Encerramento do Projeto Atividade Física para o Deficiente Visual Carmem Silvia Porto Ribeiro	26/11	CIAD		Festas de Natal encerrando o ano letivo
Maria Helena Cirne De Toledo	27/11	CIAD		Palestra/oficina oferecida às famílias de Usuários do CIAD e profissionais das instituições conveniadas.
Formatura da Segunda Turma do Curso de "Massagem e Práticas de Salão de Beleza"	27/11	Salão de Beleza Ph Institute	ONG Meta Social E Ph Institute	Entrega de certificados e comemoração
Festa de Encerramento do Projeto Casa da Criança Paralítica Maria Helena Cirne de Toledo Carmen Silvia Porto Ribeiro	27/11	CIAD		Festas de Natal encerrando o ano letivo
Festa de Natal Rita Maria Manjaterra Khater	30/11	CIAD		Festa de Encerramento do ano letivo e comemoração de Natal

#### Participação do CIAD em Eventos Externos - 2006

EVENTO	DATA	LOCAL
Feira de Equipamentos para Pessoas Com Deficiência Reacamp	02 a 03/12	Campinas
Feira de Equipamentos para Pessoas com Deficiência Reatech	07/04	São Paulo

1º Congresso Nacional sobre Inclusão de Pessoa com Deficiência I Festival de Arte Sem Barreira “Albertina Brasil”	06/07e 8/11  06/07e 08/11	Campinas  Campinas
7º Festival Regional de Atletismo (Fera) Festival Realizado como Processo de Avaliação dos Atletas para Continuidade do Trabalho, visando competição oficial.	25/04	Jundiaí
Evento de Tênis da APABB	27/05	São Paulo
I Fórum Capacitando para Diversidade Special Olympics, Artes Sem Barreiras	27/05	FAEFI / CIAD / DCOM
Festival Especial de Futebol de Salão Vinhedo (Fevi) Festival Realizado como Processo de Avaliação dos Atletas para Continuidade do Trabalho, visando Competição Oficial.	26/08	Vinhedo
10º Festival Regional Especial de Tênis (Frete)	30/09	Jundiaí
I Treinamento Coletivo Special Olympic O Treinamento para os atletas que irão representar o Estado de São Paulo nos Jogos Nacionais Special Olympics Brasil em Nov/2006, na Cidade de Mogi das Cruzes.	02/09	Itatiba
III Torneio Ser Esportivo Adaptado da Região Metropolitana de Campinas	14/09	Escola de Cadetes
Aplicação de Massagem no Evento “Samba Diferente” promovido pela ONG Meta Social	23/09	Ginásio do Tênis Clube de Campinas
27ª Bienal de São Paulo. Como Viver Junto	17 a 24/10	São Paulo
Campeonato Nacional da Special Olympics Brasil Participação de 7 Atletas Classificados	02 a 05/11	Mogi das Cruzes
Festival Especial de Natação (Frena) Esse festival foi realizado como encerramento das atividades esportivas	25/11	Jundiaí
Caminhada 65 Anos da	22/10	Lagoa do Taquaral Campinas
Apresentação do Grupo de Dança: “Dança Paratodos”	18/04	Abertura da Semana do Contabilista – Faculdade de Ciências Contábeis
Apresentação do Grupo de Dança: “Dança Paratodos”	26/04	Universidade da Terceira Idade

		PUC-Campinas
Aplicação de Massagem no I Congresso Nacional Sobre Inclusão de Pessoa com Deficiência	7/12	PUC-Campinas

### Assessorias Prestadas pelo CIAD - 2006

Assessoria	Objetivos
Universidade Estadual do Mato Grosso – Campus de Cáceres.	Assessoria para o Departamento de Enfermagem na implantação de um núcleo para estudos, pesquisas e assistência às pessoas com deficiência Assessoria para o Departamento de Educação Física na montagem de um programa de Educação Física adaptada Profº Roberto Ciasca
Setec – Serviços Técnicos Gerais de Campinas	Assessoria técnica para inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho Profª Rita Maria Manjaterra Khater
Área de Profissionalização CIAD com as Empresas Rhodia, Arvin Meritr, Dupont Fibras, Ems, Sucos Del Valle, Lucent Technologies, Hp, Sgrid Ass. Social Instituto Eldorado De Pesquisa, Pró Saúde, Hospital Celso Pierro, Emes Genéricos, Pst Positron – Prefeitura Municipal de Campinas – Programajovem.com, Centro de referencia da pessoa com deficiência. Subdelegacia do Trabalho de Campinas	Assessoria a Projetos do cumprimento da lei de cotas nas empresas – Participação em Grupo De Trabalho no Município de Campinas para desenvolver ações de empregabilidade Profª Rita Maria Manjaterra Khater Assessoria Técnica para inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho Profª Rita Maria Manjaterra Khater

### Parcerias Firmadas

Parcerias	Objetivos
Confederação Brasileira De Dança Em Cadeira De Rodas (Cbdc)	Filiação do CIAD à Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas
Secretaria Municipal de Educação	Orientar Oficinas de Cidadania a Jovens em risco social da rede municipal de ensino por intermédio do Grupo de Voluntariado do CIAD, sob coordenação profa. Rita M. M. Khater.
Secretaria Municipal de Educação/ Secretaria Municipal Da Ação Social / Pmc	Acompanhar com atividades de voluntariado no Programa de Inclusão Digital do Município – Coordenação da profa. Rita M. M. Khater.
Ong-Meta Social	Parceria na campanha “Ser Diferente É Normal” – do Curso de Massagem e Prática em Salão de Beleza e no Projeto “Inclua-se”, sob coordenação do prof. Roberto Ciasca.

Programa Jovem.Com

Orientar oficinas de cidadania a Jovens do Programa Jovem Trabalhador, 1º Emprego e Programa Jovem.com. Coordenação da profa. Rita M. M. Khater.

## 5.5. ANÁLISE DE AMBIENTES

### 5.5.1. Ambiente Externo

#### Social

AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
<p>→ existência de preconceitos e estigmas no âmbito social;</p> <p>→ despreparo dos profissionais nas áreas da educação, psicologia, da saúde, da assistência social, etc.(Capacitação e atualização)</p> <p>→ falta de acessibilidade nas estruturas físicas (barreiras arquitetônicas) e sociais (trabalho, educação, lazer e cultura)</p> <p>→ falta de acompanhamento no atendimento da família na educação, no trabalho.</p>	<p>Com as ameaças apontadas, o CIAD vê como oportunidades:</p> <p><b>Nos universitários:</b></p> <p>→ despertar uma consciência dos deveres e direitos de cidadania nos aspectos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.</p> <p>→ profissionais mais conscientes e preparados para atuarem com as dificuldades sociais apontadas;</p> <p>→ possibilidade de formação de pessoas solidárias e éticas, compromissadas com a qualidade de vida da pessoa com deficiência.</p> <p><b>Nas pessoas com deficiência:</b></p> <p>→ conscientizá-los de seus direitos e deveres na sociedade;</p> <p>→ facilitar as oportunidades sociais;</p> <p>→ instruir as famílias quanto aos direitos e deveres de cidadão.</p>

#### Político - Econômico

AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
<p>→ a discriminação da pessoa com deficiência no setor profissional;</p> <p>→ despreparo e falhas no encaminhamento no sistema de saúde;</p> <p>→ falta de informações sistemáticas e consistentes da mídia sobre deficiências à população;</p> <p>→ a indústria não pensa no deficiente como um cliente em potencial;</p> <p>→ falta de investimentos nos utensílios de AVD.</p>	<p>Direcionamento de recursos financeiros para o processo de inclusão social, pois pessoas ativas e saudáveis custam menos para si mesmas, para sua família e para sua comunidade;</p> <p>→ Pessoa com deficiência passa a ser considerada um profissional e um consumidor em potencial;</p> <p>→ oportunizar aos alunos, futuros profissionais, o conhecimento das diversas deficiências e criar o desejo de se aliar ao atendimento humanitário no que se refere às questões econômicas do País;</p> <p>→ participação em debates televisivos e radiofônicos</p>



## Legal

---

AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
<p>→ falta do cumprimento das leis já existentes;</p> <p>→ falta de conhecimento por parte da população da legislação existente;</p> <p>→ falta de conhecimento do poder legislativo para criação de novas leis mais condizentes com a realidade e necessidades das <i>peessoa com deficiência</i> ;</p> <p>Coerência entre Legislação, Ações e Inclusão.</p>	<p>→ de os alunos de advocacia estarem interferindo nesse processo de cumprimento, criação e respaldo dos direitos das <i>peessoa com deficiência</i> ;</p> <p>Difusão da Real Inclusão;</p> <p>Preparação para a demanda de mercado.</p>

## Tecnológico

---

AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
<p>→ o crescimento acelerado da informática impossibilitando a <i>peessoa com deficiência</i> de acompanhar esse desenvolvimento;</p> <p>→ falta de conhecimento sobre as necessidades das <i>peessoa com deficiência</i> na informática inviabiliza novas criações de “softwares” e “hardwares” adaptados a cada deficiência.</p>	<p>→ as oportunidades tecnológicas criam condições para um maior desenvolvimento político-econômico, social, educacional e cultural;</p> <p>→ vários setores podem estar projetando utensílios e atendimentos especializados, condizentes com as necessidades específicas de cada deficiência. →</p>

## 5.6. Ambiente Interno

---

### 5.6.1. Aspectos de Relevância

---

- Viabilizar na sociedade a imagem da PUC-Campinas como Instituição Confessional, Solidária e Comunitária.
- Oportunizar a Inclusão Social por meio de projetos de pesquisa qualificando a proposta de extensão.

- Ambiente de caráter interdisciplinar que favorece os processos coletivos de pesquisa e aprendizagem assíncrona e continuada.
- Sintonia com as demandas sociais, acompanhando as tendências do Ensino Superior.
- Proporcionar aos universitários uma formação mais ampla baseada em novos conhecimentos e informações, conectada com o mercado de trabalho e com a sociedade.
- Estar em sintonia com as exigências do poder público para a realização de ações voltadas para a redução da pobreza e das desigualdades sociais, da exclusão.
- Estabelecer uma relação de solidariedade e reciprocidade com a comunidade local, por meio de atividades de extensão mediante projetos interdisciplinares.
- CIAD ser um centro de referência nacional e internacional, sendo citado em livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado, participações em Congressos e mídia.

### **5.6.2. Aspectos Desafiadores**

---

Recursos escassos:

- Recursos humanos
- Recursos financeiros
- Espaço Físico
- Marketing Institucional
- Capacitação e atualização de profissionais

## **5.7. Elementos para Definição de Planos e Metas**

Foi levantado um conjunto de necessidades e projetos a serem implementados, a partir do diagnóstico elaborado:

- Capacitação e atualização profissional.  
Disponibilizar a política de recursos humanos para a capacitação e atualização profissional no CIAD.
- Reestruturação do espaço físico  
Detectar as condições ideais de espaço físico e recursos materiais necessários para um atendimento de qualidade de acordo com as especificidades de cada clientela atendida no CIAD. Adequar os espaços físicos e recursos materiais de acordo com as demandas atuais e futuras da clientela e as diversidades dos projetos.
- A pesquisa no CIAD  
Criar grupo de pesquisa e viabilizar e sistematizar a pesquisa no CIAD.  
Participação em Congressos, Encontros Científicos.  
Utilizar os diferentes espaços e atividades para ampliar a atuação da Universidade.
- Política de captação financeira  
Buscar parcerias para recursos que facilitem a implementação de novos projetos e propiciar investimentos que possibilitem maior dinamismo de ação dos diferentes projetos já existentes.
- Bolsa estímulo  
Adequar o número de bolsa estímulo à demanda existente no CIAD.

Motivar a permanência do estagiário durante maior tempo.

Melhorar a qualidade de nosso atendimento.

- Imagem institucional do CIAD

Facilitar parcerias e contatos internos e externos.

Ser uma das referências no que diz respeito ao trabalho com pessoas com necessidades especiais.

Socialização de trabalhos internos e Externos.

- Parcerias Externas

Ampliar e qualificar os projetos já desenvolvidos no CIAD.

Promover o desenvolvimento de novos projetos para pessoas com necessidades especiais.

- Barreiras arquitetônicas e ambientais

Propiciar a mobilidade do deficiente dentro da Universidade.

Eliminar barreiras ambientais.

## **6. CENTRO DE CULTURA E ARTE - CCA**

### ***6.1. Evolução e caracterização global da Área Artística do CCA***

O Centro de Cultura e Arte é órgão complementar da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, fundado em 24 de agosto de 1987.

Foi criado para estimular e integrar a produção artístico-cultural da PUC, principalmente dos seus corpos discente e docente, oferecendo um espaço universitário criativo com pretensões a desenvolver experiências no terreno da Arte, criando condições para a geração de um verdadeiro espírito de comunidade universitária, integrando diversas áreas multidisciplinares e promovendo a atuação artístico-cultural da Universidade dentro da Sociedade.

Pretende ser um espaço de educação alternativa e permanente, onde cada indivíduo tenha oportunidade de se expressar criativamente na modalidade que mais lhe ajustar, dessa forma descobrindo-se e valorizando-se como pessoa.

Atualmente o CCA abrange 05 Grupos Artísticos: Coral, Teatro, Dança, Conjuntos de Música de Câmara (criado em 2005 substituindo o Grupo Instrumental - atendendo as propostas estabelecidas de reestruturação do Órgão) e Banda, todos formados por alunos dos vários cursos da PUC, professores, funcionários e por pessoas da comunidade em geral. O Centro de Cultura e Arte também promove oficinas de Arte (Dança, Música e Teatro), Cursos de Reciclagem e Atualização (Curso de Leitura Musical, Curso de Apreciação Musical Coral), Palestras, Encontro de Corais (20 Encontros já realizados), Encontros de Dança (9 Encontros já realizados, de Bandas a partir de 2003 e apresentações de peças de Teatro (Ainda é preciso falar, Fábrica de Vida, De Vinícius, A Guerra Mais ou Menos Santa, A Estória é uma Estória; Fragmentos de Lorca; O Auto de São Lourenço; O Grande Circo da Vida; Teatron e Curvas). Desenvolve, ainda, programas de atendimento à comunidade carente (ONGs e entidades ligadas à FEAC-Fundação das Entidades Assistenciais de Campinas) e com a comunidade interna (Faculdade da 3ª Idade e Clínica de Psicopedagogia da Faculdade de Psicologia).

Durante a 1ª fase do CCA, do seu início até 1996, foi atendido um expressivo número de escolas da região, tanto da rede estadual como da rede municipal, além das particulares, com o Projeto Integremus, atuando com alunos e reciclando os professores das Delegacias Regionais de Ensino, e pelos Programas Regulares de Integração (PRI).

A partir de julho de 1997 o CCA passa a ocupar uma sala no Campus I (Prédio da antiga Secretaria Geral). Os Grupos Artísticos passaram, então, a ocupar salas do Colégio PIO XII, permanecendo no local até o primeiro semestre de 2002.

Em junho de 1998 foi feita a transferência da Área Administrativa para a Casa Funcional nº 1, no Campus I, local onde permanece até o presente.

Após o 2º semestre de 2002, as salas de ensaio dos Grupos Artísticos foram transferidas para o Prédio do Seminário-SWIFT, permanecendo até o final do ano de 2003. No início de 2004, até o presente, passam a ocupar salas disponibilizadas no Campus I da Universidade.

Em fevereiro de 2003, Pela Portaria PUC nº 027/03, o Centro de Cultura e Arte passa a ser interinamente vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e pela Portaria PUC nº 012/04, de 05 de fevereiro de 2004, é nomeada Professora Thais Maria Sartori Burnier Pessoa de Mello para exercer as funções de Coordenadora do Centro de Cultura e Arte.

Em 16 de fevereiro de 2005, tendo início a Gestão da Nova Reitoria, pela Portaria nº 017/07, é nomeado o Professor José Donizeti de Souza para exercer o cargo e as funções de Coordenador do Centro de Cultura e Arte, nele permanecendo até a presente data.

Ainda em 2005, por meio do Planejamento Estratégico da Universidade, foi colocada em estudo a implantação de sede própria para o Órgão, a qual se encontra em fase de definição do plano diretor da Universidade.

## **6.2. Missão do CCA**

A Área Artística do CCA tem a missão de atuar como uma extensão complementar à vida acadêmica e estabelecer ligações entre a Universidade e a Sociedade, pela experiência artística em seus aspectos criativos, interpretativos e humanitários. Atende, com Projetos e Serviços, ao público interno e externo à Universidade, difundindo a prática coletiva da Arte e ajudando a promover a formação integral do indivíduo no contexto sociocultural brasileiro.

Em 2004 ocorre a separação da Área Artística e do Museu Universitário.

A nova Coordenação realiza a revisão da Missão do Órgão, como parte do processo de reestruturação, instituindo o que se segue:

O CCA possui a missão de atuar como uma extensão complementar à vida acadêmica e estabelecer ligações entre a Universidade e a Sociedade, pela realização de pesquisas direcionadas a experiências artísticas em seus aspectos educacionais, criativos, interpretativos e humanitários. Atendendo, com Projetos e Serviços, ao público interno e externo à Universidade, difundindo o ensino e a prática coletiva da Arte, contribuindo para a formação integral do indivíduo no contexto sociocultural brasileiro.

## **6.3. Objetivos específicos de cada Atividade Artística (elaborado a partir da reestruturação realizada em 2004)**

**Dança:** compartilhar o corpo e a energia vital com a sensibilidade no plano dos sentidos, emoção e força intelectual, ajudando no crescimento harmonioso da criança, adolescente e idoso, entre a música e seu corpo em movimento, para o enriquecimento da formação global.

**Grupo Musical:** desenvolver nos participantes a sensibilidade para perceber a “cor do som”, ou seja, o “timbre” que todo som possui, seja ela pelo som dos

instrumentos (cordas ou metais), seja pela voz humana ou instrumentos de percussão.

**Teatro:** aprimorar o processo ensino-aprendizagem pelo fazer teatral, ensinando ao participante a perceber-se como ser humano, antes de ser “ator”, com suas fraquezas, certezas e capacidades para o reconhecimento de si e do mundo.

#### **6.4. Caracterização específica da Área**

##### **6.4.1. Diretrizes e Políticas da Área e Organização Administrativa**

O CCA tem o seguinte conjunto de políticas capazes de contribuir para que a nova Missão seja implementada entre 2003/2007:

01. re-estruturação do órgão a partir da Nova Missão;
02. redefinição de critérios baseados nas definições da Pró-Reitoria de Extensão para a manutenção e/ou criação de Projetos que incentivem uma ação mais dinâmica do CCA na comunidade universitária;
03. fortalecimento do CCA na comunidade acadêmica por meio de Projetos de Integração com o corpo docente e discente da Universidade;
04. reorientação do projeto social do órgão redefinindo parcerias.

O CCA mantém um gerenciamento diário do fluxograma e estabelece os contatos necessários para:

- realização das parcerias com entidades dentro e fora da Universidade;
- apresentações dos Grupos Artísticos;
- atuação em comunidades carentes;
- coordenação dos Encontros de Coral, Dança e Instrumental;
- difusão da prática artística;
- realização dos ensaios diários dos Grupos;



- pesquisa de repertório e montagem dos programas apresentados.

A Área atualmente realiza os seguintes Projetos que constavam do Planejamento 2003:

**Projeto 1 - Cursos oferecidos nas Práticas de Formação**

- Curso Oficina Montagem de Dança;
- Curso Piano Práxis.

**Projeto 2 - Projetos Integrados** - são parcerias desenvolvidas entre o CCA e outro órgão, com workshops, oficinas e apresentações:

- CCA / Faculdade de Artes Visuais (Coral, Instrumental, Banda, Dança, Teatro);
- CCA / Pastoral Universitária (Coral);
- CCA / Clínica de Psicologia (Dança);
- CCA / Universidade da 3ª Idade (Dança);
- CCA / Igreja do Divino Salvador (Coral e Instrumental);
- CCA / Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas (Coral).

**Projeto 3 - Oficinas Artísticas** - pretendem atuar a partir de 2003 por meio da Coordenadoria Geral de Atenção à Comunidade Interna:

- Em busca do Movimento;
- Redescobrimo o Corpo;
- Oficina do Som;
- Oficina da Voz;
- Oficina de Dança Popular;
- Oficina Expressão na Comunicação.

**Projeto 4 - Projetos específicos dos Grupos Artísticos (no período de 2003 a 2005):**

01. O Coral Universitário.

Iniciou suas atividades em 1983, sendo o mais antigo Grupo Artístico da Universidade. Com a criação do CCA como um órgão complementar da PUC-Campinas em 1987, passou a fazer parte desse órgão, ao lado dos outros grupos artísticos que gradativamente foram sendo formados.

O Coral Universitário desenvolve o projeto “Terra de Todos os Cantos”, que prioriza o estudo da música brasileira. O objetivo do Grupo é propiciar aos coralistas um contato mais próximo e consciente com a linguagem musical, nos aspectos técnico, artístico e humano.

Dedica-se à montagem de um repertório eclético, ao estudo da técnica vocal e organiza anualmente dois encontros de coros na cidade, já tendo realizado 17 Encontros ao longo desses anos de atuação. Em 1997, o Coral foi o 2º classificado no “Mapa Cultural” (fase municipal) promovido pela Secretaria de Cultura do Estado.

02. Grupo de Dança do CCA / PUC-Campinas.

Tem como objetivo divulgar a arte da Dança, ampliando seu público, promovendo a interação dessa arte com outras formas de manifestações culturais, facilitando a formação e o aprimoramento do jovem e dando oportunidade de participação a alunos e ex-alunos da Universidade e à Comunidade em geral. Criado em 1992, tem compromisso com a linguagem artística da dança e também com o seu aspecto educativo e formativo, criando espetáculos coreográficos baseados na pesquisa, na experimentação e na fusão de novas formas de expressão. As apresentações do Grupo de Dança visam não apenas a Comunidade Universitária, mas também o público em geral. Conta com expressivo repertório de coreografias próprias, sobre Bertold Brecht, F. Garcia Lorca, “Álbum de Família”, “Descobrimento” e a coreografia atual, desenvolvida

para o 6º Encontro de Dança, “Maracatu”. O Grupo realiza anualmente Encontros de Dança, objetivando a integração das variadas manifestações regionais, populares e eruditas, possibilitando o intercâmbio de estudantes de Dança, dançarinos e coreógrafos de Campinas e região.

Em 2006 o Grupo realizou a montagem da coreografia Mozart, em comemoração ao centenário do compositor, conjuntamente com a apresentação do Work-shop Práticas Corporais.

### 03. Grupo *Instrumental do CCA* da PUC-Campinas.

É formado por alunos e ex-alunos da Universidade, provenientes de vários cursos, e pessoas da Comunidade em geral. Criado em 1996, o grupo parte da pesquisa da música erudita brasileira e da cultura popular do Brasil, explorando novas possibilidades sonoras e integrando suas várias faces numa linguagem contemporânea. O objetivo do grupo é reunir alunos dos cursos da PUC-Campinas, que tenham vivência musical, e também ex-alunos, criando um espaço interativo que aproveite as potencialidades dos jovens para uma oportunidade criativa, tendo o som e a música do séc. XX como referências básicas para o processo reflexivo. O Grupo Instrumental faz uma ponte entre o erudito e o popular, tocando Marlos Nobre, O. Lacerda, V. Cortes, Severino Araújo, Lindemberg Cardoso (em adaptação para esse conjunto instrumental), etc., recriando o Coco e o Baião, pesquisando o trabalho do Grupo Mineiro UAKTI e focando repertório de MPB.

Em 2005 o Grupo foi reestruturado, dando origem ao atual Grupo de Música de Câmara. Seu objetivo é trabalhar com uma das maneiras mais representativas de fazer música em conjunto, na história da música universal. O trabalho das equipes será apoiado na pesquisa e na performance de cada grupo. Projetos serão elaborados diretamente para o conjunto disponível, principalmente em se tratando de repertório, que deve ser definido de acordo com a diversidade dos instrumentos de cada grupo.

#### 04. Grupo de Teatro.

Composto basicamente por alunos da PUC Campinas, tem como meta básica, o resgate do Teatro Universitário, como celeiro de produção dramática. Desenvolve um trabalho com o grupo que alia permanentemente a pesquisa dos fundamentos da linguagem teatral à sedimentação do talento dramático de seus participantes.

Em 1996 e 1997, o Grupo de Teatro obteve várias premiações durante a Campanha de Popularização do Teatro, em apresentações realizadas no teatro interno do Centro de Convivência Cultural de Campinas.

Fazem parte de seu repertório espetáculos teatrais como: “Fábrica de Vida” (adaptação de “ Morte e Vida Severina” de João Cabral de Mello Neto), “De Vinícius” ( poemas de Vinícius de Moraes), “Guerra Mais ou Menos Santa” de Mário Brasili, “A História é uma História” de Millôr Fernandes e o exercício teatral “Senhora dos Afogados” de Nelson Rodrigues, e “Ainda é preciso falar” ( adaptação do “Romanceiro da Inconfidência” de Cecília Meirelles). Além dessas, têm destaque as apresentações a seguir citadas.

- 1998 - performance sobre Bertold Brecht e uma peça sobre F. Garcia Lorca, em homenagem aos respectivos centenários desses dois grandes nomes da dramaturgia universal;
- 2000 - Auto de São Lourenço, como homenagem ao Pe. José de Anchieta;
- 2001 – A História é uma História, de Millor Fernandez;
- 2002 – Apresentação da peça Radiofonizando;
- 2003 – O Grande Circo da Vida, tema desenvolvido pelo grupo para aquele ano e re-apresentado em 2004;
- 2005 – o Teatro foi tema central para a montagem teatral “Theatron”, que contava a história do Teatro;
- 2006 – Curvas – contava a trajetória da Mulher na história.

05. A Banda *PUC* - está iniciando suas atividades como o quinto Grupo Artístico do CCA com alunos, funcionários e professores da PUC e músicos da Comunidade. A Banda ensaia um repertório eclético, com hinos, marchas, dobrados, música popular brasileira, música internacional, etc., com a finalidade básica de manter a motivação das Comunidades interna e externa pela sedução e poder aglutinados que a música de Banda, de tantas tradições históricas no país, produz na nossa emoção, ao mesmo tempo em que acentua nossa brasilidade.

**Projeto 5** - Produção de Eventos - são Encontros que se realizam com o objetivo de integrar e promover uma troca de experiência entre os participantes, contribuindo para a formação de um público mais consciente. Dirigido ao público universitário e ao público em geral, costuma captar entre 200 e 600 pessoas a cada novo evento.

Em 2003:

- XVIII Encontro de Corais;
- VIII Encontro de Dança;
- VI Encontro de Grupos Instrumentais;
- VI Encontro Natalino de Corais;
- Peça de Teatro "O Grande Circo da Vida".

Os Grupos Artísticos e os coordenadores dos Grupos atendem solicitações da comunidade interna da Universidade e também da comunidade externa, levando manifestações artísticas a públicos de várias faixas culturais.

**Projeto 6** - Projeto Comunidade.

**01. CCA + FEAC** - Tem atuado em 2 modalidades:

- realização de oficinas de Arte em entidades da FEAC;
- capacitação dos educadores da FEAC, num Projeto integrado de Música e Dança.

**02. CCA - Projeto PUC-Campinas Solidária.**

## **Projeto 8 - Cursos, Palestras, Seminários, Palestras-Recitais.**

### **6.5. Análise de Ambientes**

#### **6.5.1. Ambiente externo**

	<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<b>Social</b>	A região de Campinas é uma destacada referência sociocultural do interior paulista, sendo potencialmente apta a apreciar a produção artística	O crescimento da violência urbana na região, em alguns casos, inibe atividades culturais
	Aptidão das escolas de ensino fundamental e médio para participar de Concertos Didáticos, contribuindo para a formação dos jovens na Área da Música Erudita	Carência de programas educativos e de Concertos Didáticos, que instrumentalizam os ouvintes para uma apreciação mais ampla do repertório
	Repertório amplo, abrangendo vários estilos musicais e artísticos	Público conservador em relação a novas formas de expressão artística.

	<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<b>Político - Legal</b>	Possibilidade de parcerias realizadas com organismos da cidade	Omissão do poder público quanto ao apoio aos movimentos artísticos/culturais.
	Apoio técnico sobre Políticas Públicas, por meio de profissionais capacitados dentro da Universidade.	Falta de políticas culturais que implementem Projetos de parceria visando um melhor aproveitamento do potencial do público da cidade, do ponto de vista do “processo continuado” e não apenas com ênfase no produto final.

	<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<b>Econômico</b>	Oferecimento de produtos artísticos sem custo para os consumidores	Indisponibilidade de recursos mínimos para oferecer apresentações nos locais solicitados, quando ocorrem fora do âmbito da universidade
	Produtos artísticos auxiliando no combate ao estresse causado pelas preocupações financeiras dos seus frequentadores	Disponibilidade de tempo para estar assistindo apresentações artísticas

	<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<b>Tecnológico</b>	Disponibilização no mercado de equipamentos mais sofisticados na área de música	Espaços culturais insuficientes e de instalações precárias, necessitando de reformas e equipamentos. Fatores que, em alguns casos, inviabilizam o oferecimentos de oficinas e/ou atividades artísticas
	Possibilidade de divulgação nos meios de comunicação eletrônica (e-mails, internet –homepage da PUC) da universidade das atividades, eventos e publicações do órgão	Falta de interesse na divulgação dos eventos Inexistência de políticas específicas no que tange ao interesse dos produtos artísticos produzidos pelo órgão e conseqüentemente na divulgação nos meios eletrônicos disponíveis

### 6.5.2. Ambiente interno

<b>Aspectos Relevantes</b>	<b>Aspectos Desafiadores</b>
Proximidade física do setor administrativo do CCA das demais unidades da PUC (Reitoria, Pró-Reitorias, Compras, Almoxarifado, Financeiro, etc), o que facilita a gestão diária do órgão	Distância física do setor administrativo do CCA das salas de ensaio dos grupos artísticos, o que dificulta a gerenciamento das atividades, bem como a necessidade da proximidade deste junto aos alunos e setores administrativos do Campus I, pela concentração maior de nosso público alvo
Possibilidade de parceria com as demais unidades (Acadêmicas / Administrativa)	Falta de política interna na facilitação das parcerias (maior agilidade no processo).
Possibilidade de integração de bolsistas de outras áreas nos projetos do CCA	Falta de planejamento/interesse para desenvolver tais atividades

Existência de bolsa-estímulo aos alunos	
Apoio interno à Produção de eventos	
Profissionais capacitados para o exercício das funções	
Possibilidade de apresentação dos Grupos Artísticos em diferentes locais da PUC	Dificuldade de agendamento nos poucos locais disponíveis para apresentações artísticas
Possibilidade de a área pesquisar e dedicar-se a produções artísticas diversificadas nos gêneros erudito, popular, folclórico, enfocando principalmente a arte brasileira	Inexistência de uma biblioteca específica para pesquisa. A viabilização de um espaço próprio facilitaria a instalação de um acervo bibliográfico para tais pesquisas
Diversificação das atividades artísticas oferecidas.	Desinteresse do público interno em participar das atividades
Disponibilidade de profissionais para atividades nos horários de intervalo das refeições.	Não-liberação dos funcionários interessados em participar das atividades artísticas em horário de trabalho ou prolongamento de 30 minutos no horário das refeições

## **6.6. Elementos para Elaboração de Planos e Metas**

### **6.6.1. Diretrizes para a criação de Projetos do CCA**

A partir do Plano de Trabalho elaborado em 2004 até 2005

#### **01. Cursos oferecidos dentro das Práticas de Formação:**

- Montagem de Dança;
- Oficina: Jogos Criativos Musicais;
- Piano Práxis;
- Iniciação Musical;
- Educação Ambiental: envolvimento ou adestramento;
- Responsabilidade Social das Empresas.

#### **02. Oficinas Artísticas oferecidas pelo CCA:**

- Em Busca do Movimento;



- Sentir e Dançar o Corpo;
- Redescobrimo o Corpo;
- Descobrimo a Cor do Som (Timbre);
- Oficina Música de Banda;
- Oficina WorkShop do GESM (Grupo de Experimentação Sonora e Musical);
- Expressão na Comunicação;
- Oficinas semanais de dança (Redescobrimo o Corpo) com os alunos da Universidade da 3ª Idade.

Essas Oficinas acontecem a convite da Comunidade Interna, atuando em Semanas de Estudos, datas comemorativas das Unidades de Ensino da PUC, palestras, inaugurações, diversas atividades acadêmicas, incluindo em salas de aula.

Atende também a convites da Comunidade Externa, na região de Campinas, escolas públicas, associações de moradores, festas comemorativas de cidades da região, (ex: Festa do Morango em Monte Alegre do Sul), etc.

### **03. Encontros promovidos pelos Grupos Artísticos:**

- Teatro – I Encontro de Ex-Alunos do Grupo de Teatro
- Dança – XVIII Encontro de Grupos de Dança
- Coral – XIX Encontro de Corais; VIII Encontro Natalino de Corais
- Instrumental – VII Encontro de Grupos Instrumentais

### **04. Projetos voltados para as Comunidades em geral: (interna e externa).**

- Projeto "Educar" da Instituição D. Paschoal, para um trabalho em conjunto com os grupos artísticos do CCA, na linha de formação de "agentes multiplicadores" com os jovens atendidos por este Projeto.
- "O significado do CCA para os funcionários do Campus I da PUC-Campinas", em andamento. A pesquisa pretende adquirir dados

sobre o conhecimento dos funcionários sobre o CCA e qual o interesse em participar de alguma atividade artístico-cultural.

- Projeto Arte Social (em fase de apreciação) – desenvolvido em parceria com a ONG “Plantando Paz na Terra”.
- Projeto Férias – em conjunto com a CACI (Coordenadoria de Atenção à Comunidade Interna) para promoção de atividades artísticas oferecidas aos filhos de funcionário no período das férias de julho.
  - Teatro Infantil: “Soneca e sua Turma”
  - Oficina “Eco-Música”
  - Oficina com Instrumentos Musicais e “CARNAJULHO”
  - Em Busca do Movimento
- Projeto Intervalo – em conjunto com a CACI (Coordenadoria de Atenção à Comunidade Interna) para promoção de apresentações artísticas oferecidas aos alunos dos cursos diurnos e noturnos no período de intervalo das aulas.
- Projeto Oficinas (**em fase de planejamento**) - em conjunto com a CACI (Coordenadoria de Atenção à Comunidade Interna) para promoção de atividades artísticas oferecidas aos alunos, no término das aulas do período diurno e início das aulas do período noturno.
- Projeto Patrulheiros (Dança e Teatro) - em conjunto com a CACI (Coordenadoria de Atenção à Comunidade Interna) para promoção de atividades artísticas oferecidas aos Patrulheiros, do Campus I (projeto experimental), no horário das 11:00 às 12:00h.
  - Em Busca do Movimento (Dança)
  - Oficina de Teatro
- Plano de Comunicação para as atividades artísticas, atividades em conjunto e das parcerias do Centro de Cultura e Arte.

## 05. Apresentações para Comunidade Interna e Externa.

- **Banda:** Comemoração anual da Banda
- **Teatro:** Apresentação da peça teatral: “O Grande Circo da Vida”

### 6.6.2. METODOLOGIA

---

Relativa aos “cursos” propriamente ditos, as metodologias são específicas para cada atividade artística.

Etapas de execução:

01. Inscrição dos candidatos;
02. Entrevistas de seleção;
03. Reuniões para início dos trabalhos – orientações gerais sobre o trabalho específico;
04. Pesquisas bibliográficas específicas para cada atividade artística;
05. Aulas teóricas;
06. Ensaios – registro das oficinas;
07. Elaboração dos relatórios e registro das atividades;
08. Apresentações, dentro e fora do âmbito da PUC-Campinas;
09. Avaliação e projeção para o futuro;
10. Redação de artigos sobre os trabalhos executados com fundamentação teórica (para publicação).

Recursos Necessários:

01. Local apropriado para o desenvolvimento das atividades, próximo à Secretaria do CCA, ou seja, no Campus I da Universidade.
02. Adequação dos recursos específicos requeridos para cada atividade artística, além do espaço físico.

03. Serviços de divulgação (gráfica, cartazes, “folderes”, xerox, programas, etc.).
04. Serviços de transporte de materiais necessários para os eventos:
  - Participantes,
  - Grupos convidados;
  - Reembolso de transporte próprio.
05. Serviços de apoio logístico (auxiliar de palco e serviços em geral);
06. Serviços de terceiros (som, iluminação, filmagens e divulgação nos diversos canais da mídia).
07. Serviços de hospedagem para grupos convidados para os eventos (noite de estréia).
08. Ajuda de custo para grupos amadores e profissionais envolvidos nas oficinas.
09. Ajuda de custo para confecção de figurinos e de camisetas a serem entregues aos participantes dos encontros.

Plano de Trabalho elaborado para o ano de 2006.

01. Arte **no Campus**: atividades desenvolvidas pelos grupos artísticos do CCA nos diversos campi da Universidade:
  - contribuir para a criação de uma cultura e de maior dinamização da vida artístico-cultural universitária nos diferentes espaços de convivência;
  - promover eventos artístico-culturais que favoreçam o convívio em todos os campi da Universidade e o intercâmbio de conhecimentos.
02. Ações **Institucionais**: projetos, ações/atuações a serem desenvolvidos em conjunto com instituições externas e com a

Pró-Reitoria de Extensão nos Núcleos Territoriais de Extensão (relação Universidade – Sociedade):

- atuar como facilitador e aglutinador de atividades artístico-culturais em parcelas do território da região metropolitana de Campinas selecionadas para atuação extensionista pela Pró-Reitoria;
- redefinir, dentro do novo programa da Pró-Reitoria, os critérios para o estabelecimento de ações conjuntas (com entidades dentro e fora da Universidade);
- criar projetos que deverão ocorrer nos Núcleos Territoriais de Extensão, com vista ao atendimento das necessidades da população local, bem como ao fortalecimento das atividades artístico-culturais lá existentes.

03. Parcerias **com a comunidade interna**: participação nos eventos promovidos pelos Centros e unidades administrativas da Universidade:

- organizar as ações compartilhadas com os Centros /Faculdades e outros órgãos da PUC-Campinas numa Programação Anual;
- qualificar as apresentações artísticas do CCA, por meio de sua presença na comissão preparatória dos eventos;
- definir critérios/necessidades técnicas de participação dos Grupos Artísticos do CCA nos eventos promovidos pelos Centros e unidades administrativas;
- educar, paulatinamente, o olhar dos gestores da Universidade para a importância da contribuição educacional do CCA nas parcerias em eventos desde o seu planejamento, desenvolvimento e avaliação final.

## **Gestão Interna do Centro de Cultura e Arte**

Ações voltadas à qualificação da comunidade CCA.

### **01. Inscrições Anuais de Integrantes dos Grupos Artísticos:**

- expandir o período de atividades dos grupos artísticos, antecipando o período de matrícula para o final do segundo semestre de 2006, férias e início das aulas do semestre seguinte;
- divulgar as modalidades artísticas, oferecendo novas vagas aos interessados em geral (comunidades interna e externa), bem como possibilitar a continuidade dos integrantes veteranos.

### **02. Grupos Artísticos:**

- fortalecer a produção acadêmica de pesquisa dos coordenadores e participantes dos grupos artísticos a ser disponibilizada à comunidade (em formato de apresentações, ensaios abertos, textos virtuais, entre outros);
- qualificar o projeto anual de cada grupo artístico;
- estimular ações conjuntas dos grupos em apresentações artísticas;
- intensificar a relação ensino-pesquisa-extensão nos grupos artísticos do Centro de Cultura e Arte;
- fornecer apoio técnico-administrativo aos grupos artísticos e suas demandas.

### **03. Práticas de Integração:**

- criar encontros de integração para fortalecer o sentimento de unidade e pertença dos membros dos diferentes grupos

artísticos (Dança, Teatro, Coral, Banda e Música de Câmara) ao projeto institucional (CCA) da Universidade.

- favorecer a aproximação dos acadêmicos com a equipe técnico-administrativa.
- propiciar aos integrantes dos grupos novos conhecimentos e vivências que qualifiquem sua performance artística.
- organizar e implementar pesquisa sobre a importância do CCA na contribuição à formação dos integrantes dos Grupos Artísticos, visando à fundamentação de seu papel educacional na Universidade.

#### **04. Fluxo Comunicacional:**

- diversificar e ampliar a comunicação de eventos do Centro de Cultura e Arte, favorecendo o conhecimento da Programação Artística Anual do Centro de Cultura e Arte por parte da comunidade interna;
- organizar a alimentação da página virtual do Centro de Cultura e Arte no Portal da PUC-Campinas;

#### **05. Nova Estrutura Organizacional, Funcional e Predial do Centro de Cultura:**

- viabilizar a projeção arquitetônica de espaço físico adequado ao trabalho dos grupos artísticos e importância do Centro de Cultura e Arte na PUC-Campinas;
- expandir o conhecimento da equipe técnico-administrativa acerca das propostas e ações desenvolvidas por outros órgãos difusores da cultura e da arte em outras Universidades, visando criar projeto arquitetônico de excelência com proposições ricas e inovadoras;
- promover a revisão da estrutura organizacional e funcional do Centro.

## 06. Processos Avaliativos:

- criar estratégias de avaliação (processual, diagnóstica e qualitativa) das atividades da gestão, do trabalho dos coordenadores dos grupos e das ações desenvolvidas junto à comunidade interna e externa;
- desenvolver mecanismos de avaliação da gestão e planejamento/execução das atividades artístico-culturais, com a participação da comunidade CCA (integrantes dos grupos artísticos, equipe técnico-administrativa), segmentos da comunidade interna, entidades assistenciais atendidas e outros órgãos da Universidade (Cursos, Centros, etc.).

Abaixo, apresentamos os planos de ação e as estratégias adotadas para o ano de 2006.



<b>ARTE NO CAMPUS</b>		
<b>ATIVIDADE</b>	<b>PRAZO (Mês e Ano)</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
1. Definição, no projeto anual de trabalho, pelos coordenadores dos grupos artísticos das datas das apresentações artísticas nos ambientes de fluxo de estudantes nos campi I, II, Central e Letras.	março a julho de 2006	Coordenadores dos Grupos Artísticos.
2. Estabelecimento de Plano Orçamentário, Logístico e de Comunicação dos eventos.	março a julho de 2006	Coordenação e Equipe Administrativa do Centro de Cultura e Arte.
3. Estabelecimento de contato com a Coordenadoria de Logística da Pró-Reitoria de Administração, visando agendamento dos locais de apresentação.	Primeiro semestre, agosto a dezembro de 2006.	Coordenação e Equipe Administrativa do Centro de Cultura e Arte.
4. Acerto com outros órgãos da Universidade, a fim de estruturar apoio ao grupo que irá se apresentar (transporte de equipamentos, aviso aos seguranças, etc.) e divulgação dos eventos (Departamento de Comunicação)	agosto a dezembro de 2006.	Coordenação e Equipe Administrativa do Centro de Cultura e Arte.
5. Apresentações Artísticas	agosto a dezembro de 2006	Coordenação e integrantes do grupo artístico.

<b>AÇÕES INSTITUCIONAIS (PARCERIAS EXTERNAS)</b>		
<b>ATIVIDADE</b>	<b>PRAZO (Mês e Ano)</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
1. Elaboração de projeto pelo coordenador que desenvolve atividades em entidades externas.	março a julho de 2006	Coordenador dos Grupos Artísticos e equipe administrativa do CCA.
2. Agendamento de reuniões avaliativas periódicas com os responsáveis pelas entidades, para mensuração do trabalho desenvolvido pelo profissional do CCA.	agosto a dezembro de 2006.	Coordenação e Equipe Administrativa do Centro de Cultura e Arte.
3. Encontro para estabelecimento de tabela contendo critérios claros de definição de parcerias.	agosto e setembro de 2006.	Coordenação e Equipe técnico-administrativa do Centro de Cultura e Arte, Reitoria e PROEXT.
4. Presença da equipe responsável pela constituição dos Núcleos Territoriais de Extensão em reuniões da equipe técnico-administrativa do CCA. para orientação sobre possibilidades de trabalho artístico-cultural a ser desenvolvido conjuntamente.	agosto e setembro de 2006.	Equipe responsável pelo N.T.E. da PROEXT.
5. Visita dos coordenadores de grupos artísticos aos locais de atividade extensionista dos N.T.E's.	outubro de 2006	Coordenação e equipe técnico-administrativa
6. Elaboração de propostas de trabalho para 2007	novembro e dezembro de 2007	Coordenação e coordenadores dos grupos artísticos

<b>PARCERIAS COM A COMUNIDADE INTERNA (Direções, Departamentos, Pró-Reitorias e outros órgãos da Universidade)</b>		
<b>ATIVIDADE</b>	<b>PRAZO (Mês e Ano)</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
1. Comunicação às direções de Centro e outros órgãos da Universidade, por meio de documento oficial, para que informassem a programação de eventos do ano de seus cursos.	março e abril de 2006	Coordenadores dos Grupos Artísticos.
2. Reunião com os coordenadores dos grupos artísticos para selecionar os eventos possíveis com participação do CCA. Definição de Programação Anual de apresentações artísticas.	abril de 2006.	
3. Retorno às direções, por comunicado interno, da programação anual.	abril e Maio de 2006.	
3 Estabelecimento de Plano Orçamentário, Logístico e de Comunicação dos eventos.	março a julho de 2006	Coordenação e Equipe Administrativa do Centro de Cultura e Arte.
4 Estabelecimento de contato com a Coordenadoria de Logística da Pró-Reitoria de Administração, visando agendamento dos locais de apresentação.	Primeiro semestre, agosto a dezembro de 2006.	Coordenação e Equipe Administrativa do Centro de Cultura e Arte.
5 Acerto com outros órgãos da Universidade, a fim de estruturar apoio ao grupo que irá se apresentar (transporte de equipamentos, aviso aos seguranças, etc.) e divulgação dos eventos (Departamento de Comunicação)	agosto a dezembro de 2006.	Coordenação e Equipe Administrativa do Centro de Cultura e Arte.
6 Confirmação, por telefone, da realização do evento promovido.	Um mês antes do evento.	Secretaria do CCA.
7. Apresentações Artísticas	agosto a dezembro de 2006	Coordenação e integrantes do grupo artístico.

<b>GESTÃO INTERNA DO CCA: Inscrições Anuais para os Grupos Artísticos</b>		
<b>ATIVIDADE</b>	<b>PRAZO (Mês e Ano)</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
1. Reunião da equipe técnico-administrativa para definição do cronograma de inscrição e das estratégias a serem utilizadas a cada fase do período (filipetas, cartazes, faixas, urnas nas Bibliotecas, performances artísticas dos grupos nos espaços de convívio).	setembro e outubro de 2006.	Coordenação e equipe técnico-administrativa.
2. Comunicação à CACI do nome de representante do CCA que irá participar dos encontros preparatórios do Projeto “Ingressantes”.	agosto e setembro de 2006.	Coordenação
3. Fechamento do Plano de Comunicação das Inscrições e agendamento de reuniões com a equipe do Departamento de Comunicação.	outubro de 2006	Coordenação e equipe técnico-administrativa.
4. Estabelecimento de contato com coordenadoria do setor de internet e S.B.I. para viabilização da matrícula pelo site e nas bibliotecas da PUC-Campinas.	outubro de 2006	Coordenação e secretaria do CCA.
5. Participação no Projeto “Ingressantes” da CACI, oferecendo informações sobre o cronograma de inscrições do CCA no momento da pré-matricula dos calouros.2007 por meio de filipetas, cartazes, site da universidade. Montagem de barraca do CCA no evento da CACI (Campi I e II).	Projeto Ingressantes: 19 a 21 de dezembro de 2006 Sala Rotativa da Praça de Alimentação: 12 a 14 de dezembro de 2006	Equipe técnico-administrativa.
6. Abertura do processo de inscrição: via site da Universidade, e-mail, urnas nas bibliotecas ou diretamente no CCA), Sala Rotativa da Praça de Alimentação.	Duas últimas semanas de aula do período letivo (dezembro de 2006) e janeiro de 2007.	Equipe técnico-administrativa
7. Ensaios dos grupos artísticos de performances e repertórios artísticos a serem desenvolvidas como parte da divulgação do CCA nas duas primeiras semanas de aula de 2007.	dezembro de 2007.	Coordenadores e seus grupos artísticos.
8. Reunião para definição do cronograma de apresentações artísticas, como estratégia de divulgação do cronograma de matrícula do Centro.	dezembro de 2006	Coordenação do CCA e responsáveis pelos grupos artísticos.

<b>GESTÃO INTERNA DO CCA: Grupos Artísticos</b>		
<b>ATIVIDADE</b>	<b>PRAZO (Mês e Ano)</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
1. Reuniões individuais com cada coordenador de grupo artístico, visando acompanhar o cumprimento do Projeto Anual de Trabalho e orientar cada profissional quanto a indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão.	agosto a novembro de 2006.	Coordenação do CCA.
2. Durante as reuniões com os coordenadores dos grupos, no atendimento às solicitações internas de apresentações, favorecer condições para ensaios e performances conjuntas dos grupos.	agosto de 2006	Coordenação do CCA.
3. Preparar o grupo de musica de Câmara, devido à sua versatilidade, para que componha apresentações conjugadas com outros grupos artísticos (dança, coral, etc.)	agosto de 2006	Coordenação do CCA e prof. Hermes, coordenador do grupo de câmara.
4. Criação de uma noite cultural denominada Momento Artístico, na qual todos os grupos artísticos atuarão.	09 de novembro de 2006.	Todos os membros do CCA.
4. A partir dos Planos Anuais de Trabalho de cada Grupo Artístico e do Cronograma Anual de Eventos, definir encontros periódicos semanais para execução do Plano de Administrativo e de Comunicação estabelecido no início do ano.	agosto a dezembro de 2006. Eventos dos Grupos: Dança-28.09.2006; Teatro-28 e 29.11.2006 Banda-06.11.2006 Coral-01.12.2006	Coordenação do CCA e equipe administrativa.

<b>GESTÃO INTERNA DO CCA: Práticas de Integração</b>		
<b>ATIVIDADE</b>	<b>PRAZO (Mês e Ano)</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
1. Planejamento de, pelo menos, 03 encontros de toda a comunidade CCA (equipe técnico-administrativa e integrantes dos grupos artísticos).	Um mês antes de cada encontro	Equipe Técnico-administrativa.
2. Divulgação e Processo de Inscrição Internas.	A cada evento.	Funcionários do setor de comunicação do CCA.
3. Reuniões de acerto com o setor de Logística da PROAD, sobre locais e lanches.	abril de 2006.	Coordenação e funcionário do setor administrativo do CCA.
4. Realização das Práticas de Integração: acolhida, trocando idéias, Noite artística envolvendo todos os grupos e avaliação do ano.	20 de maio, outubro, 09 de novembro e 16 de dezembro de 2006	Toda a equipe do CCA.
5. Estabelecimento de parceria com cursos da PUC-Campinas, por meio de convite de profissionais para realizarem palestras e vivências nos encontros: fonoaudiólogos(as) (tratar a respeito dos cuidados com a voz), teatrólogos (propiciar experiências sobre domínio de palco), administradores/psicólogas/educadores (para tratar de tema como criatividade).	setembro, outubro e dezembro de 2006	Equipe Técnico-administrativa e Direções das Faculdades convidadas.
6. Preparação e aplicação de material (questionários) a ser respondido pelos integrantes dos grupos nos encontros (sondagem de expectativas, nível de satisfação e auto-avaliação do crescimento pessoal no grupo)	Um mês antes de cada evento. Aplicação do questionário a cada encontro.	Coordenação e funcionário do setor de comunicação do CCA.
7. Tabulação/análise das respostas e posterior discussão dos resultados com os coordenadores dos grupos.	Semanas seguintes aos encontros.	Coordenação e equipe técnico-administrativa.

**GESTÃO INTERNA DO CCA: Fluxo Comunicacional**

<b>ATIVIDADE</b>	<b>PRAZO (Mês e Ano)</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
1. Definição de estratégias diversificadas de comunicação dos eventos do CCA, com vistas a fugir da massificação de metodologias muito utilizadas pela Universidade: site, cartazes, filipetas mensais, performances artísticas nos espaços de convívio.	junho de 2006	Equipe Técnico-administrativa.
2. Gravação de programas artísticos	agosto a dezembro	Coordenadores dos grupos artísticos e TV-PUC
1. Reuniões Mensais com representantes do Departamento de Comunicação sempre um mês e meio antes, com vistas a discutir os principais eventos do mês e as ações e estratégias de divulgação.	45 dias antes do mês da pauta.	Coordenação, funcionário do setor de comunicação do CCA, funcionários do DCOM.
2. Nas apresentações de cada mês, os grupos artísticos deverão divulgar, por meio da filipeta, a agenda do próximo mês.	agosto a dezembro de 2006.	Coordenador do grupo artístico do CCA
3. Definição de presença de funcionário responsável pelo Plano de Comunicação do CCA nas reuniões de pauta do DCOM.	agosto a dezembro de 2006.	Funcionário do setor de comunicação do CCA.
4. Realização de performances artísticas no campus um dia antes dos principais eventos artísticos do semestre.	agosto a dezembro de 2006: dois dias anteriores ao evento.	Integrantes dos grupos artísticos do CCA.
5. Reunião com Setor de Internet (DCOM) para acerto de processo de manutenção de conteúdo da página virtual do CCA no site da Universidade.	Reuniões mensais: agosto a dezembro de 2006.	Funcionário do setor de comunicação do CCA e funcionário do Setor de Internet
6. Coleta de textos informativos, produções acadêmicas de coordenadores de grupo, material de pesquisa dos integrantes dos grupos, frases sobre a arte para disponibilização no site.	Reuniões dos Coordenadores de Grupo	Coordenação e Secretaria do CCA.

**GESTÃO INTERNA DO CCA: Nova Estrutura Organizacional, Funcional e Predial**

<b>ATIVIDADE</b>	<b>PRAZO (Mês e Ano)</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
1. A sondagem das necessidades dos grupos artísticos e da equipe técnico-administrativa.	Final de maio e início de junho de 2006	Coordenação do CCA e equipe técnico-administrativa.
2. Contratação de consultoria para elaboração de projeto arquitetônico para o CCA.	junho de 2006	Coordenação do CCA e funcionário do setor administrativo.
3. Reunião com a equipe técnico-administrativa para afinar interesses.	agosto de 2006;	Arquiteto responsável, Coordenação do CCA e funcionário do setor administrativo.
4. Elaboração do projeto arquitetônico.	setembro e outubro de 2006.	Arquiteto responsável
5. Aprovação da proposta pelas instâncias superiores da Universidade.	outubro e novembro de 2006	Reitoria e PROEXT
6. Visitas a sites de Universidades e Agendamento de visitas a algumas universidades da região	agosto de 2006	Coordenação e equipe técnica-administrativa do CCA
1. Envio à PROAD – D.P. a estrutura de cargos e funções do Centro, com vista a análise da situação funcional do Centro.	agosto e setembro de 2006	Coordenação
2. Elaboração e envio proposta à PROEXT sobre reestruturação organizacional de alguns grupos artísticos (Banda e Música de Câmara)	setembro e outubro de 2006	Coordenação



GESTÃO INTERNA DO CCA: Processos Avaliativos		
ATIVIDADE	PRAZO (Mês e Ano)	RESPONSÁVEL
1. Elaboração de questionários a serem aplicados aos integrantes bolsistas nos encontros das Práticas de Integração tem viés também avaliativo.	agosto a dezembro de 2006.	Coordenação do CCA e equipe técnico-administrativa do CCA
2. Elaboração de questionários avaliativos a serem disponibilizados às direções de Centro e unidades administrativas após os eventos artísticos.	agosto a dezembro de 2006.	Coordenação do CCA e funcionário responsável pela comunicação do CCA.
3. Reuniões com responsáveis pelos grupos parceiros do CCA (entidades externas, Universidade da Terceira Idade e Clínica de Psicopedagogia da PUC-Campinas) para avaliação dos trabalhos desenvolvidos.	outubro a dezembro de 2006	Coordenação do CCA e funcionário do setor administrativo.
4. Definição de Ações Conjuntas com Faculdade de Relações Públicas/CLC para levantamento/coleta de dados em três eventos artísticos culturais do segundo semestre, contribuindo para as ações futuras do CCA.	Reunião com a direção da faculdade: junho de 2006. Acertos Finais: agosto 06 Eventos: setembro, outubro e novembro de 2006.	Coordenação do CCA, funcionário responsável pela comunicação do CCA e Professora responsável pela Consultoria de RRPP.
5. Reunião avaliativa da gestão pelos coordenadores de grupos e funcionários.	dezembro de 2006 e nas reuniões periódicas (todas as segundas-feiras)	Coordenação do CCA e secretária.

## 7. MUSEU UNIVERSITÁRIO

### 7.1. *Evolução e Caracterização Global do Museu Universitário*

A idéia da formação de um Museu na PUC-Campinas percorreu motivações semelhantes a de outros Museus Universitários, dentre elas a necessidade de relacionar conteúdos curriculares à prática de pesquisa e documentação científica.

Para orientar a sistematização dos pontos caracterizadores da evolução do órgão optou-se por uma periodicidade histórica, a saber:

#### **1º período histórico: 1958 a 1963**

- Professores e alunos iniciaram a coleta de material etnográfico, arqueológico e folclórico para a formação de um museu. De expedições aos índios Bororo e Xavante, o professor de Antropologia, Dr. Alfonso Trujillo Ferrari, trouxe um valioso material indígena para pesquisa.
- O objetivo ainda era o de trabalhar o material coletado, na perspectiva da pesquisa do conhecimento essencial à Antropologia Cultural.
- O acervo, conforme foi sendo coletado, passou a ser “guardado” nos porões da PUC-Central, por ausência de um espaço físico disponível.

#### **2º período: 1963 a 1975**

- Com a catalogação do acervo pelo sistema internacional Human Relations Area Files, dá-se, então, a organização do Museu de Antropologia, Arqueologia e Folclore, pelo Professor Dr. Desiderio Aytai. As peças indígenas referem-se a nações do tronco Macro – Jê, Tupi, Aruák e as peças arqueológicas, tendo como campo de pesquisa, o litoral norte de São Paulo, oeste paulista e região sul brasileira. A totalização das peças arqueológicas estimou-se, na época, para mais de dez mil.
- A Universidade começa a tornar-se uma referência nacional pelo volume de peças para estudo científico, pelos estudos arqueológicos e etnográficos, bem como, pelas discussões acadêmicas, nas áreas de Antropologia, História e

Geografia, referentes aos conceitos ideológicos e ao conhecimento sobre Diversidades Culturais e Cultura Nacional.

- Em 1975, há uma transferência do acervo da PUC–Central para o Campus I da Universidade, continuando a problemática do espaço físico até 1977.

### **3º período : 1977 a 1984**

- Pelo Convênio – PUCCAMP / Prefeitura Municipal de Paulínia / Museu Municipal de Paulínia, o acervo passa a ser incluído no museu de Paulínia. Nesse período, a direção do Museu da PUCCAMP continua com o Prof. Dr. Desiderio Aytai, que também permaneceu na condição de titular da disciplina de Antropologia na PUCCAMP.
- As atividades que projetaram o Museu da PUCCAMP, nacional e internacionalmente foram as seguintes:
  - continuidade das pesquisas etnográficas, ampliando as áreas culturais de estudos sobre populações indígenas;
  - publicações de pesquisas em revistas de Antropologia na USP, Museu Paulista, Boletim do Instituto Histórico e Etnográfico do Paraná, Revista da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, CCLA de Campinas, Revista de Atualidade Indígena, Revista do Museu de História Natural da Universidade de Minas Gerais, Cartilha etnomusicológica da PUCCAMP, Revista da Universidade Autónoma de Guadalajara (México), Latin American Music Review of the University of Texas e Publicações do Museu Municipal de Paulínia.
  - Pesquisas ergológicas e tipológicas no acervo do museu.
  - Cursos ministrados: Comunicação e Cultura, Técnica de Escavações Arqueológicas, Museologia, Paleontologia Humana, Antropologia Cultural, Fabricação de Artefatos de Pedra, Etnomusicologia.
  - Orientação, em problemas de antropologia a cientistas brasileiros e estrangeiros aos seguintes Museus: Bristish Museum, Cornell University, St. Mary's College, Museum für Volkerkunde (Berlim), Universidade de Istambul, American Museum of Natural History (New York) e Yokohoma (Japão) – Além de cientistas, o Museu da PUCCAMP atuou em

orientações a mestrandos e doutorandos – na área de Restauro e Instalação de Museus (Bosque dos Jequitibás – Campinas, M.E. de Tupã, M.E. Capivari, M.E. de Monte Mor, M.A. e Artes Populares de Paranaguá, Museu da PUC de Goiânia e outros.)

- Em 1977, o início das publicações trimestrais, dedicadas à Antropologia, arqueologia, folclore e museologia.
- Nesse período o Museu de Antropologia, Arqueologia e Folclore da PUCCAMP possuía um acervo de 28.854 peças tombadas, coleções de fotografias, slides, discografia e um vasto material de publicações científicas.

#### **4º período: 1984 a 1999**

- O Museu retorna a Campinas, em função de sua projeção nacional – internacional e necessidade de espaço físico. Assinou-se o convênio entre PUC-Campinas e Fepasa e ocupou-se o Palácio da Mogiana, tombado pelo Condepacc e junto com diferentes órgãos do Estado de São Paulo passou a funcionar nesse local.
- Pela portaria 15/85, em janeiro de 1985, torna-se Museu Universitário da PUC-Campinas e é reconhecido como órgão complementar da Reitoria,
- Com a criação do Centro de Cultura e Arte, o Museu Universitário passa a ser vinculado, oficialmente, a esse órgão.
- Nesse período, tornou-se esparso e esporádico o volume de pesquisa científica com a saída do Prof. Dr. Desidério Aytai e o Museu passa a ser conhecido por Exposições itinerantes e projetos, justificando essa opção pela falta de espaço físico adequado para receber visitantes.
- Os anos de 1996 e 1997 foram cruciais para o Museu, quando o seu acervo é guardado na transportadora Granero e as suas atividades foram praticamente paralisadas.
- Nos subseqüentes anos (1998 e 1999), o CCA passa a funcionar no Campus I e a Reserva Técnica do Museu fica temporariamente guardada na casa às margens do Rio Anhumas, na parte baixa do referido Campus.

- Em 1999, instala-se a Reserva Técnica e funcionários do Museu no prédio do Antigo Almojarifado, no Campus I, e reiniciam-se as atividades. Nesse período, o Museu é definido, na sua estrutura interna, como Área Museológica, permanecendo, na posição de um setor.

### **5º período: 1999 a 2002**

Enquanto um órgão vinculado ao outro órgão, a atuação deste período é marcada por atividades que se tornaram necessárias para resgatar a visibilidade de um projeto maior que é o Museu.

Assim, o Museu continua as suas atividades essenciais permanentes, na preservação da cultura material e imaterial com as seguintes ações:

- ordenação, conservação e controle do Acervo material;
- organização de exposições itinerantes (etnográficas, arqueológicas, cultura popular e as resultantes de pesquisas socioculturais com a finalidade de interagir com a cultura local e dar diferentes significados à Difusão Cultural;
- implantação de projetos de resgate cultural – referência de Memória e Identidades – junto a escolas públicas, particulares e comunidades;
- realização de oficinas, palestras e workshop, com projetos museológicos, com a finalidade da difusão cultural em vários Fóruns: Conferencias, salas de aula, cursos, Congressos, por demandas de escolas e comunidades;
- participação técnica do Museu em comissões, grupos de trabalho, poder público, ONG, Museus e Universidades que visem a discussão e ações de Preservação Patrimonial material e imaterial;
- ações na área de Extensão comunitária e cultural com Entidades diversas;
- desenvolvimento de pesquisas científicas socioculturais, na perspectiva da memória, produção cultural e Identidades;
- organização de eventos culturais voltados à preservação e valorização da Cultura Popular.

## Quadro Demonstrativo das ações educativas do Museu Universitário

Período: 1996 a 2001

Ação	Público
Projetos Museológicos com Entidades	7.000 – entre 7 e 14 anos – 19 e 45 anos
Projetos de ação-educativa relacionados à PUC-Campinas/ Institutos	9.000 – com alunos de Graduação
Exposição Intinerantes	400.000 (público visitante em diversos espaços de Campinas)
Projeto Moradores de Rua	800 – Atendimento a indivíduos e famílias
Atendimento a Escolas públicas e particulares pelos Projetos Pafro, Brinquedos Populares e Cultura Indígena	12.000 – alunos entre 7 e 19 anos
Cursos Realizados	500 – para alunos da PUC-Campinas

### 7.2. Situação Atual

O Museu Universitário, por entender a sua função de Preservação de bens materiais, patrimoniais e culturais, reafirma a sua finalidade de pesquisa, ensino e formação educacional, tendo como princípios a Ética da Universidade, cujos fundamentos estão na pedagogia social, humanitária e científica.

Assim sendo, o Museu Universitário continua, por meio de sua prática institucional, a trabalhar com metas sociais, o que significa dizer o estudo e a produção de conhecimento, nas diversas áreas de manifestação da cultura, retornando à sociedade via extensão.

A capacitação cultural do aluno universitário e a formação cultural de segmentos do Ensino Médio e Fundamental são indicativos de um caminho pedagógico para a compreensão da Identidade Cultural Brasileira.

Essa temática ainda é o maior desafio para as Universidades e os segmentos diversos da sociedade, que se propõem trabalhar com formação integral refletida em produções científicas e tecnológicas, ainda apresentam sérias dificuldades de contribuir com mudanças para a qualificação à “Inclusão Social”.

O Museu, no seu planejamento para 2002, direciona sua ação para produção de pesquisas científicas e catalogação do acervo, na perspectiva da gestão de informações científicas e culturais e exposições, com abordagem histórica e artística, buscando formação (projetos e cursos voltados para a capacitação cultural) e comunicação (estudos de linguagens para diferentes públicos e espaços culturais).

O desafio para Museu, no ano em que se discute com muita ênfase a Nova Museologia, como uma dimensão comunitária e cultural, é a de nos levar a propor uma nova linguagem pedagógica e social sobre o diálogo cultural e científico: Museu e comunidade acadêmica, Museu e segmentos diversos da sociedade.

### **7.3. Caracterização da Missão do Museu Universitário**

O Museu Universitário da PUC-Campinas apresenta, no seu histórico, uma trajetória de experiência com desenvolvimento de pesquisa, construída numa pedagogia dinâmica, não-formal, e um compromisso acadêmico de incluir no cotidiano de alunos e sociedade em geral a prática de pensar cultura brasileira, na perspectiva da Memória e Identidades. A presença de acervos diversos sob a guarda do Museu implica a construção de estratégias de preservação desse acervo, considerando que ao Museu cabe a função de tornar o seu espaço um lugar de produção de conhecimento e comunicação de informações a públicos acadêmicos, em fase de formação no sistema público e particular de ensino e sociedade em geral.

A presença de um acervo valioso como o do Museu Universitário tem sob sua guarda os testemunhos material e imaterial de diversas culturas. Remete-nos ao papel de contribuir com a relação entre as identidades indígena, japonesa, afro-brasileira e outras que se misturam na cultura popular com o estudo, compreensão e resgate da formação da cultura brasileira, a partir de suas matrizes indígenas, africanas e européias.

A disponibilização do conhecimento por meio de pesquisas de documentação e ação educativa reafirma uma opção de ensino voltada para uma formação humanista de sociedade.

Por isso, o Museu Universitário da PUC-Campinas tem como missão contribuir com o processo de construção permanente da cidadania de nosso povo, porque entende que a percepção, a vivência e a democratização da cultura, por meio de bens de memória e herança cultural, significa reconhecer-se como um agente de preservação da cultura brasileira.

A Outra dimensão da Missão do Museu Universitário da PUC-Campinas é a organização documental dessa Memória, de forma a produzir uma investigação, desvendamento e

consciência cultural, possibilitando, no plano de realidades concretas e diversas, a produção de novas relações sociais, como mecanismo de inclusão sociocultural no Brasil.

Essas são as bases filosóficas e políticas do Museu Universitário da PUC-Campinas, que vai buscar no acervo da Cultura do Homem do Sambaqui, na etnologia indígena, na cultura popular e outras, o conteúdo de uma Educação voltada para a formação de uma consciência Cultural e Produção de novas relações sociais.

#### **7.4. Caracterização específica da Área**

##### **7.4.1. Diretrizes e Políticas da Área –2003 a 2007**

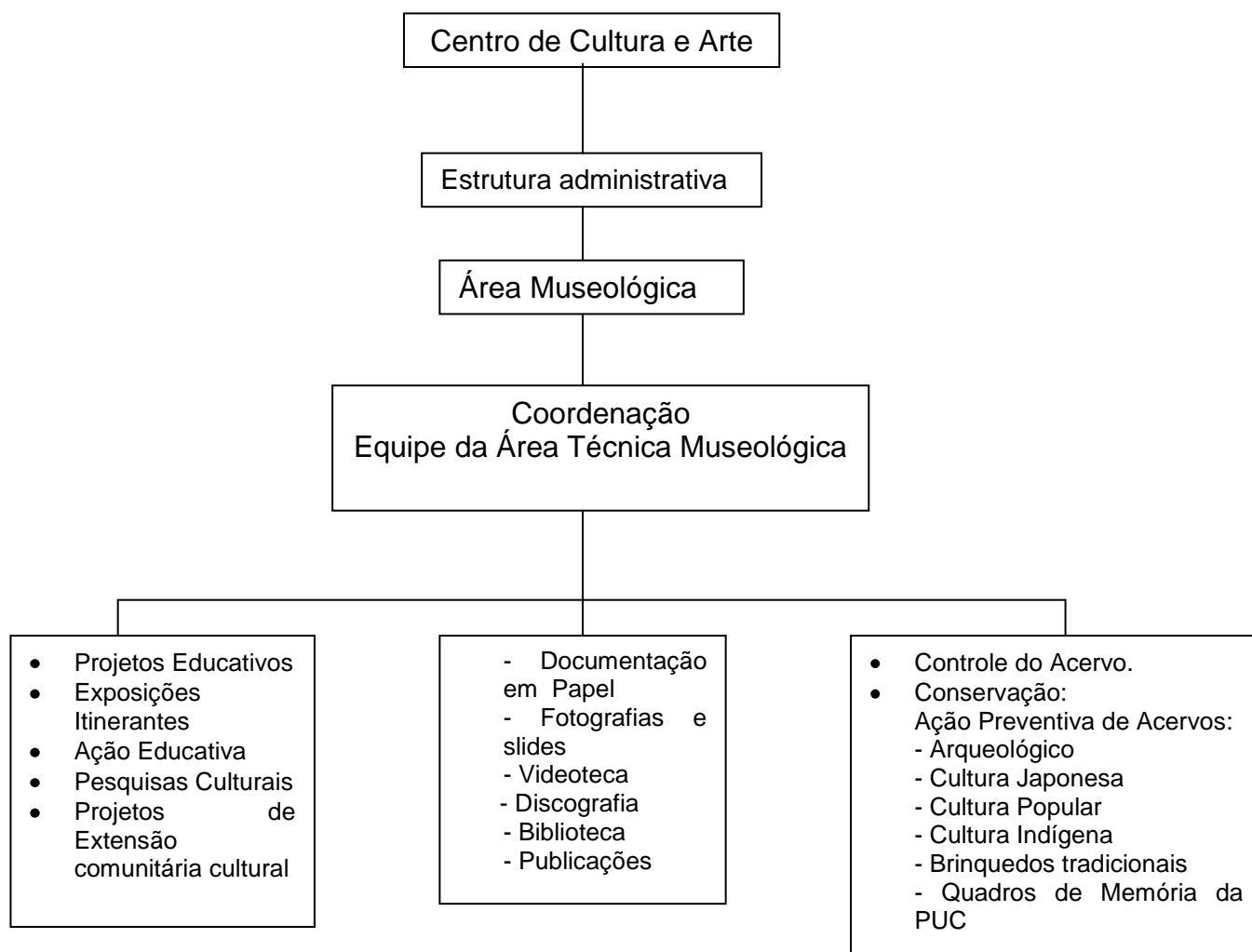
- Formação de um centro – referência na área de Documentação e Pesquisa etnológica, histórica e cultural.
- Formação de um espaço cultural e pedagógico no Museu para a Difusão Cultural.
- Desenvolvimento de Políticas de Capacitação a professores de Universidade, Ensino Médio e Fundamental e Profissionais de Museus.
- Qualificação de Professores e funcionários do museu. (Graduação e pós-graduação – Mestres e Doutores)
- Desenvolvimento e continuidade de ações museológicas e pedagógicas junto às comunidades externas a Universidade – Extensão comunitária e Cultural.
- Assessoramento na formação e gestão de centros de memória pertencentes a escolas, comunidades e segmentos diversos.
- Revisão e definição estatutária, pela Universidade, das Políticas e funções do Museu para cumprimento de sua Missão.
- Desenvolvimento de uma Política de captação de recursos financeiros adicionais aos da Universidade, para gerenciamento de projetos e viabilização de pesquisas, pertinentes ao Acervo e implementação da revitalização do Museu.
- Informatização do acervo.



- Organização de um site com imagens e informações do Museu por profissionais especializados.
- Desenvolvimento de cursos de extensão para alunos de graduação e pós graduação, alunos da PUC-Campinas e outras Universidades.
- Organização de um projeto para os Recursos Humanos do Museu, adequando funções, salários e preenchimentos de quadros.

#### 7.4.2. Estrutura organizacional do Museu – 1996 a 2002

---



## **7.5. Gestão do Museu – 1996 -2002**

A estrutura administrativa funciona no espaço do Centro de Cultura e Arte. As demandas e encaminhamentos ao Museu são dirigidos, por determinação da Diretoria do CCA, a essa Diretoria e, depois, mediante autorização, encaminham-se à Coordenação da Área Museológica.

Os encaminhamentos não podem vir ao Museu Universitário e, sim, ao Centro de Cultura e Arte para decisão compartilhada com a Área.

### **7.5.1. Estrutura de Funcionamento por Projetos**

Cada técnico tem as suas formas próprias de elaboração do projeto. Os projetos explicitam: objetivos, justificativa, metodologia, operacionalização, avaliação, recursos e prazos.

A aplicação do Projeto segue o seguinte fluxo:

- por demanda da Universidade, escolas, eventos e comunidade em geral;
- por iniciativa do técnico e/ou Museu na articulação do projeto com o grupo ou entidade mediante diagnóstico preliminar;
- por solicitação da Reitoria e/ou Diretoria do CCA.

### **7.5.2. Os Projetos de Exposições Itinerantes**

Os vários títulos disponíveis demandam solicitações específicas por períodos do ano e/ou por Eventos Sociais e educacionais e/ou por iniciativa do técnico (quando já consta em planejamento e apresenta um trabalho que vem sendo desenvolvido).

A primeira instancia de deliberação é a Coordenação da Área, mas segue os limites já expostos em fluxo.

Cada exposição é organizada em um projeto, considerando o conceito, a natureza, a volume de peças, espaço físico, segurança para a exposição, público, recursos humanos,

custos, retorno de visitantes e ação pedagógica, quando for em espaços para segmentos escolares.

### 7.5.3. Projetos Desenvolvidos

---

Projetos de Ação educativa
Brinquedos Populares
Vivência – Memória e Arte
PAFRO – Projeto Afro - Brasileiro
Arte e Memória através da Fotografia
Conversando com o Museu
Moradores de Rua – Uma perspectiva de Identidade Cultural
Trajeto Culturais
Núcleo de Memória da Faculdade de Odontologia
Revitalização do Acervo
Projeto Arquivo Fotográfico
Publicações de Pesquisas do Prof. Desiderio Aytai
Um Patrimônio, uma História
Feira dos Leões
Lar Vicente de Paula – Memória da Terceira Idade em Asilos
Memória e Identidade Cultural – Minicurso

## 7.6. Análise de Ambiente

### 7.6.1. Questões relevantes externas que consolidam a posição do Museu em suas Políticas e Diretrizes

---

Em maio – 2002, por ocasião do 8º Encontro Estadual de Museus no Rio Grande do Sul, com presença de vários representantes de Museu, nacionais e internacionais, foi mandada para candidatos à Presidência da República, governadores e parlamentares a Carta do Rio Grande com os seguintes pontos essenciais:

- Implantação de políticas culturais amplas em todo o país, discutindo o setor museológico.
- Os Museus, enquanto instituições de Memória, devem ocupar papel estratégico nas políticas culturais e políticas públicas de preservação de patrimônio.

- A política de preservação do patrimônio cultural deve valorizar a cultura nacional e promover a percepção das diversidades culturais existentes no país.
- As políticas públicas de preservação devem ser pensadas a partir da ótica da inclusão social, da construção da cidadania e da garantia ao acesso a bens culturais, do conhecimento da própria trajetória histórica, do reconhecimento da diversidade cultural e das múltiplas identidades sociais que formam a nacionalidade brasileira.
- Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, considerando que esses têm valor estratégico nacional, na afirmação das diversas identidades culturais.
- Discussão sobre a diversidade cultural do povo brasileiro frente aos processos de homogeneização decorrentes da globalização.
- Reconhecimentos dos direitos das comunidades organizadas de participar, em conjunto com os técnicos de patrimônio, dos processos de tombamento.
- Retomada do Sistema Nacional de Museus e dos respectivos Sistemas Estaduais.
- Criação de uma legislação que oriente a atuação dos Museus em todo o país.
- Criação do Cadastro Nacional de Museus com a realidade de mais de 2000 Instituições no país.
- Integração das instâncias governamentais à gestão do patrimônio cultural.
- Criação de políticas de apoio à informatização dos Museus brasileiros e digitalização de informações de caráter científico e museológico existentes nos museus.
- Apoio à criação de redes virtuais de informação entre os Museus brasileiros, facilitando a pesquisa, o desenvolvimento de profissionais de museus e democratização do acesso ao conhecimento.
- Criação do fundo de apoio ao patrimônio cultural e museus.
- Criação de Programas de Qualificação de Museu junto ao CNPq, CAPes e FAPesp.

- Criação de políticas de apoio e difusão da produção científica e intelectual dos museus e acervos.
- Inclusão de Programas de Capacitação para técnicos do setor, com a ampliação da oferta de cursos de graduação, pós-graduação, oficinas e cursos de aperfeiçoamento.
- Inclusão da Educação Patrimonial nos currículos escolares.
- Criação de políticas de apoio à publicação das produções dos Museus e apresentações em Fóruns nacionais e internacionais.

### **7.6.2. Análise do Ambiente interno do MUSEU**

---

Os pontos essenciais favoráveis à execução das Políticas do Museu:

1. A credibilidade ao Museu, revelado pela Reitoria, órgãos da PUC-Campinas, área acadêmica (níveis de graduação e pós-graduação), área de planejamento e Mantenedora.
2. A crescente participação do Museu em funções de representação da PUC-Campinas em diversos Fóruns.

### **7.7. Gestão do Museu: 2003 - 2007**

Em 2003 foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Institucional para o período de 2003 a 2007, acima apresentado. Contudo, em 2004, com a mudança da Coordenação do Museu, o PDI sofreu alterações que priorizaram principalmente a preservação do acervo do Museu, dando início ao processo de Revitalização do acervo a partir da estrutura física da Reserva Técnica, para melhor atender ao público pesquisador.

Durante o período de 2004 - 2005, o Museu apresentou um Plano de Gestão à Reitoria desta Universidade com Programas de ações no âmbito da Conservação, Educação em Museu, e Suporte a Exposições.

Em 2006 houve nova mudança de Coordenação do Museu, sendo continuado o processo de Revitalização do Museu pelo uso da tecnologia com o Projeto Institucional Museu Virtual, que promove a democratização das informações do acervo ao público em geral no ciberespaço. Nesse sentido, dá-se início ao processo de digitalização do acervo.

Seguindo a proposta de Revitalização do Museu, a Coordenadoria amplia a articulação de parcerias dentro da Universidade entre os diversos departamentos, órgãos, centros e setores, dando início a uma revitalização interna dos mecanismos institucionais potencializando os recursos humanos e infra-estrutura existentes na Universidade.

### **7.7.1. Missão**

---

De acordo com a definição do ICOM (Conselho Internacional de Museus), **Museu** é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e aberto ao público, que adquire, conserva, pesquisa e exhibe, para finalidades do estudo, da educação e da apreciação e evidencia material dos povos e seu ambiente. Essa definição foi dada pelo ICOM (na Assembléia Geral de *Copenhagen*, em 1972, conceituação que se aplica a este Museu Universitário).

Visando o cumprimento dessa missão, o Museu Universitário propôs a criação dos Projetos **Museu Virtual** e **Museu Aberto** como proposta de revitalização do Museu Universitário da PUC-Campinas. Assim, visa buscar alternativas de ação em outros ambientes, tais como o ciberespaço, ampliando as possibilidades de acesso e difusão do acervo, bem como de atividades interativas para públicos diversos.

### **7.7.2. Objetivos Gerais**

---

Museu Universitário da PUC-Campinas tem, entre seus objetivos gerais:

- abrigar, formar, preservar e divulgar suas coleções significativas para o desenvolvimento de pesquisas, ensino e extensão;
- dar ênfase ao desenvolvimento de pesquisas a partir do acervo existente e de sua interface com a história local e institucional;
- propor atividades de ensino que valorizem as coleções e as pesquisas museológicas;

- colaborar com a formação da comunidade discente, docente e dos profissionais atuantes na Universidade;
- propor programas de extensão, tais como: cursos, expedições, atividades culturais e educativas, mostras, baseados nas pesquisas e no acervo;
- manter programas que contemplem diferentes públicos: especializado, universitário, escolar, especial (portadores de necessidades especiais, 3ª idade, comunidades desvitalizadas socialmente) espontâneo, entre outros.

### **7.7.3. Objetivos Específicos**

---

- revitalizar o Museu Universitário a partir da digitalização e informatização do seu acervo;
- criação do "**Museu Virtual**" com vistas a ampliar a base de acesso às informações e às coleções museológicas, alimentando possibilidades de ensino, pesquisa e extensão, presencial e a distância, constituindo um sistema de rede de novos conhecimentos. O "**Museu Virtual**" constitui-se em um Portal que terá como característica conceber interatividade por meios interligados de comunicação, tais como, rádio e tv, com objetivo de proporcionar experiências com as linguagens midiáticas, estabelecendo articulação às diferentes instancias do projeto (Projeto @rte e inclus@o, entre outros);
- desmembrar o acervo do Museu Universitário a partir da diversidade das coleções que o constituem, tais como: arqueologia, antropologia, etnologia, folclore/cultura popular e história (PUC-Campinas e região).

### **7.8. Cadastro Nacional dos Museus Brasileiros e Museus Universitários**

Foi priorizado, pela atual gestão, o Cadastro do Museu Universitário da PUC-Campinas no **Departamento de Museus do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (DEMU / IPHAN)** com a prerrogativa de legitimação do Museu no âmbito brasileiro, bem como o cadastro no **Fórum Permanente de Museus Universitários (FPMU)** com o objetivo de subsidiar o diagnóstico nacional dos Museus dessa natureza ampliando a

participação dos mesmos na valorização e reconhecimento da identidade nacional e construção de novos conhecimentos.